



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**EWERTON CAMPOS MACHADO**

**O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO COMO PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA  
DO BRASIL NO POLO SUL**

**BELÉM/PA  
2023**

EWERTON CAMPOS MACHADO

**O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO COMO PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA  
DO BRASIL NO POLO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências Naturais e  
Tecnologia da Universidade do Estado do Pará  
como requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naiara S. Ferreira

**Coorientadora:** M.<sup>a</sup> Thainá P. B. V. C. N. Nogueira

BELÉM/PA  
2023

EWERTON CAMPOS MACHADO

**O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO COMO PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA  
DO BRASIL NO POLO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências Naturais e  
Tecnologia da Universidade do Estado do Pará  
como requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naiara S. Ferreira

**Coorientadora:** M.<sup>a</sup> Thainá P. B. V. C. N. Nogueira

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naiara Silva Ferreira – CCNT/UEPA  
Orientadora

---

M.<sup>a</sup> Thainá Penha Baima Viana Corrêa Nunes Nogueira – Externa  
Coorientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mayane Bento Silva – CCNT/UEPA  
Avaliadora

---

Prof. Dr. Igor de Jesus Lobato Pompeu Gammarano – UNAMA  
Avaliador

**Apresentado em:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Conceito:** \_\_\_\_\_

BELÉM/PA  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Elza Campos, por todo o amor e apoio incondicional desde sempre;

À minha orientadora Dra. Naiara Silva, e à minha coorientadora Ma. Thainá Nogueira, pelos ensinamentos, amizade e paciência;

Aos professores do curso, e em especial à Dra. Mayane Bento, por todos os conhecimentos ministrados e dedicação para conosco;

Aos meus amigos que adquiri durante o período de graduação, pelo companheirismo e cumplicidade nesses anos juntos;

E a todos os que participaram da minha trajetória até este momento, o meu mais sincero muito obrigado!

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo apreciar o tema “O Programa Antártico Brasileiro como projeção geopolítica do Brasil no Polo Sul”, isso sob uma perspectiva dos Estudos geopolíticos e de suas abordagens territorialista e internacionalista. Dessa forma, discute-se a estratégia geopolítica de tal atuação do Brasil na Antártida dentro do escopo das Relações Internacionais. O objeto central de pesquisa do trabalho é o Programa Antártico Brasileiro, tendo em vista as comemorações, em 2022, dos seus 40 anos de presença no continente. Como objetivo geral, buscou-se analisar as contribuições geopolíticas do Programa Antártico Brasileiro para a Política Externa Brasileira em seus 40 anos de atuação na Antártida. Para isto, fez-se um apanhado histórico dos marcos mais relevantes que ocorreram na história antártica antes e durante a presença do Brasil no continente. Ademais, evidenciou-se a natureza da geopolítica antártica orientada pelo Tratado Antártico e de seu regime de cooperação internacional, a posição do Brasil nesse sistema, o contexto de inserção brasileira na Antártida, assim como, as principais razões geopolíticas que motivaram a criação e continuidade do PROANTAR. Como conclusão, constatou-se que o PROANTAR foi um importante mecanismo de projeção do Brasil na geopolítica antártica, tendo um papel no aumento do prestígio internacional do país e na aproximação do país com os principais debates que ocorrem no regime antártico. O que, por sua vez, ressalta a relevância da Antártida e do PROANTAR para o Brasil.

**Palavras-chave:** Antártida. PROANTAR. Geopolítica brasileira.

## **ABSTRACT**

This research aims to value the theme "The Brazilian Antarctic Program as a geopolitical projection of Brazil in the South Pole", this from a perspective of geopolitics studies and their territorialist and internationalist approaches. Thus, the geopolitical strategy of Brazil's performance in Antarctica within the scope of International Relations is discussed. The central object of research of this paper is the Brazilian Antarctic Program, in view of the celebrations, in 2022, of its 40 years of presence on the continent. As a general objective, we sought to analyze the geopolitical contributions of the Brazilian Antarctic Program to Brazilian Foreign Policy in its 40 years of experience in Antarctica. For this, a historical overview of the most relevant landmarks that occurred in Antarctic history before and during Brazil's presence on the continent was made. Moreover, it is evidenced by the nature of Antarctic geopolitics guided by the Antarctic Treaty and its regime of international cooperation, Brazil's position in this system, the context of Brazilian insertion in Antarctica, as well as the main geopolitical reasons that motivated the creation and continuity of PROANTAR. In conclusion, it is considered that PROANTAR was an important mechanism of Brazil's practice in Antarctic geopolitics, having a role in increasing the country's international prestige and bringing the country closer to the main debates that take place in the Antarctic regime. This, in turn, highlights the relevance of Antarctica and PROANTAR to Brazil.

**Keywords:** Antarctica. PROANTAR.; Brazilian geopolitics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Partição antártica defendida pela Teoria da Defrontação .....	18
Figura 2 – Período de estudo em relação aos paradigmas de Amado Cervo .....	25
Figura 3 – Localização estratégica da Antártida no planeta .....	30
Figura 4 – Reivindicações de Estados sobre o território antártico.....	34
Figura 5 – Organograma do STA. ....	42
Figura 6 – Organograma do PROANTAR. ....	48
Figura 7 – Poster comemorativo de 40 anos do PROANTAR.....	52
Figura 8 – Principais marcos históricos do Proantar (1982-2022).....	60
Quadro 1 – Contribuições geopolíticas do PROANTAR para a PEB.....	63

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AGI	Ano Geofísico Internacional
ATCMs	Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártida
CCAMLR	Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártida
CCAS	Convenção para Conservação das Focas Antárticas
CEP	Comitê de Proteção Ambiental
CIRM	Comissão Interministerial para Recursos do Mar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMNAP	Conselho de Gestores dos Programas Nacionais Antárticos
CONANTAR	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
CONAPA	Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas
CRAMRA	Convenção para Regulação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos
EACF	Estação Antártica Comandante Ferraz
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea do Brasil
GA	Grupo de Assessoramento
GAAm	Grupo de Avaliação Ambiental do Proantar
GO	Grupo de Operações
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
OPERANTAR	Operação Antártica
PEB	Política Externa Brasileira
PND	Política Nacional de Defesa do Brasil
POLANTAR	Política Nacional para assuntos antárticos
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro

RAPAL	Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos
RI	Relações Internacionais
SAB	Sistema Antártico Brasileiro
SCAR	Comitê Científico sobre Pesquisas Antárticas
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
STA	Sistema de Tratado Antártico
URSS	União das Republicas Soviéticas Socialistas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Os Estudos Geopolíticos</b> .....	<b>14</b>
2.1.1	<i>Abordagem Territorialista</i> .....	17
2.1.2	<i>Abordagem Internacionalista</i> .....	19
<b>2.2</b>	<b>A Geopolítica no Brasil e a Política Externa Brasileira (PEB)</b> .....	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Classificação da pesquisa</b> .....	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>Procedimentos de coleta e análise de dados</b> .....	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	<b>29</b>
<b>4.1</b>	<b>A Antártida e a Geopolítica do Polo Sul</b> .....	<b>29</b>
4.1.1	<i>Os primórdios da geopolítica antártica e as disputas territoriais</i> .....	32
4.1.2	<i>A geopolítica do Tratado da Antártida e de seu regime internacional</i> .....	37
<b>4.2</b>	<b>O Brasil na Antártida</b> .....	<b>44</b>
4.2.1	<i>O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)</i> .....	46
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO</b> .....	<b>52</b>
<b>5.1</b>	<b>40 Anos do PROANTAR, perspectivas atuais e futuras</b> .....	<b>52</b>
<b>5.2</b>	<b>O PROANTAR como projeção geopolítica</b> .....	<b>58</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Antártida, também chamada de Antártica<sup>1</sup>, é o território mais ao sul do planeta e devido a isso, seu contato com os primeiros humanos ainda é bem recente. Sua existência foi teorizada desde a antiguidade clássica, sendo chamada de *Terra Australis Incognita*. Esta definição estava em consonância com a ideia de equilíbrio da natureza, uma vez que já existia o Polo Norte, nomeado de “Ártico”, seria certo a existência de um Polo Sul ao lado oposto, chamado de Antártico, ou seja, o “anti-ártico” (SILVA, 2011).

Por ser uma região com o clima bem rigoroso devido ao frio extremo, os primeiros contatos humanos somente vieram a ocorrer em meados do século XVIII. Todavia, ainda hoje a presença humana no continente é escassa. A Antártida é, atualmente, o único território continental terrestre sem uma ocupação humana permanente significativa, devido ao clima hostil característico das regiões polares do planeta (VIEIRA, 2006).

Em termos jurídicos, configura um território sem um Estado que governe oficialmente. Por isso, a Antártica é regida pelo regime jurídico centrado em torno do Tratado da Antártida, em vigor desde 1959, e que fundamenta o continente como um patrimônio comum e inalienável da humanidade. O Tratado rege sobre a presença política e militar dos países no território, e assim o fará até pelo menos o ano de 2041, quando expira sua vigência (CARDONE, 2015).

O Tratado, em 2022, conta com 55 países signatários, que convivem pacificamente através de um exemplar regime de cooperação internacional (BRASIL, [202-?]c). Concomitantemente, há o Protocolo de Madri que rege, desde 1951, as presenças econômicas e científicas de Estados, visando preservar o meio ambiente local sob o status de reserva natural internacional dedicada à ciência e à paz” (FERREIRA, 2009).

Além disso, a Antártida possui uma posição geopolítica única dentro das Relações Internacionais. A região é muito cobiçada por inúmeras nações as quais, entre outros motivos, buscam possuir acesso a esse ponto estratégico no panorama

---

<sup>1</sup> O termo Antártida é como o território é nomeado pela redação oficial dos tratados traduzidos pelo governo brasileiro. No entanto, a norma culta da língua portuguesa considera tanto os termos Antártida ou Antártica como corretos. Nesta pesquisa “Antártida” será usada como substantivo e “antártico” como adjetivo, sendo assim empregados como “a Antártida” e “o continente antártico”.

geográfico global. Tal posição geográfica estratégica tanto comercial, quanto militar, está no fato de o continente ter acesso direto aos principais oceanos do mundo. Além disso, a região possui a maior reserva de água doce do mundo e incalculáveis reservas minerais de petróleo abaixo do seu manto de gelo. Nesse contexto, a Antártida torna-se um local extremamente valioso para quem obtiver a soberania de suas terras. E, apesar dos interesses internacionais estarem acalmados por um acordo coletivo, poderá haver fortes mudanças assim que as regras forem abertas à revisão (SILVA *et al.*, [2019]).

Apesar de ser um continente sem um Estado, atualmente 7 países (Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido) reivindicam territórios da região. No entanto, estes concordaram em manter suas pretensões territorialistas em segundo plano para minimizar potenciais conflitos mundiais, em detrimento de cooperar para manter a Antártida um ambiente desmilitarizado, voltado para a cooperação científica e progresso da humanidade (ANDRADE *et al.*, 2018).

O Brasil, neste contexto, embora não possua contestações formais de domínios na região, também possui seus interesses sobre continente antártico, ainda que a atuação se manifeste publicamente apenas para fins de cooperação científica. Desse modo, inseriu-se prontamente como um ator internacional interessado em participar das atividades no continente gelado. Aderiu, respetivamente, em 1975 e 1998, ao Tratado da Antártida e ao Protocolo de Madri, visando expandir a presença brasileira em um dos locais mais estratégicos do globo e com o potencial econômico e político muito forte para as próximas décadas (ANDRADE *et al.*, 2018).

Em 2022, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) comemorou seus 40 anos de presença permanente no extremo sul do planeta terra. Criado em 12 de janeiro de 1982, o projeto se estabeleceu no espaço antártico através da estação de pesquisa permanente “Comandante Ferraz” e, desde então, vem realizando diversas pesquisas e missões no local, já somando mais de 40 operações de pesquisa anual na região (BRASIL, [2022]).

A Marinha brasileira coordena o PROANTAR através de agendas, em sua essência, de cunho científico e pacifista, tendo renovado recentemente sua estação de pesquisa principal e reforçado seu compromisso no continente para o futuro (FERREIRA, 2009). Neste ano de aniversário, foram expostos os reforços por parte do governo brasileiro com o compromisso de atuar no continente, estando isso em

consonância à relevância que tal programa extraterritorial representa para o Brasil na atualidade e em vista de perspectivas futuras que o continente representará para as Relações Internacionais em breve (BRASIL, [2022]).

Todavia, a presença brasileira na região ainda é um tema muito debatido entre a comunidade acadêmica especializada em estudos estratégicos, havendo ainda diferentes perspectivas acerca de quais seriam os principais objetivos tanto explícitos quanto implícitos por detrás da atuação do Brasil na Antártida para a geopolítica do país no mundo (CUNHA; ABRANTES, 2021).

Diante do exposto, identificou-se uma lacuna significativa de conhecimento difundido na academia científica e na sociedade quanto aos detalhes da realidade da presença brasileira no continente antártico, necessários para a melhor compreensão do assunto. Desta forma, este trabalho visa responder a seguinte pergunta: quais as contribuições geopolíticas do Programa Antártico Brasileiro para a política externa brasileira em seus 40 anos de atuação na Antártida?

A escolha da problemática se justifica no fato do tema ser de notável relevância para o debate atual das Relações Internacionais, em especial para o Brasil. Isso sob um contexto em que o PROANTAR acaba de completar seus 40 anos de atuação na região, inserido em um assunto que estará no centro da pauta internacional nas próximas décadas, assim que for aberta a revisão do Tratado da Antártida.

A pesquisa tem como objeto principal de estudo o Programa Antártico Brasileiro, especificamente entre 1982 e 2022, no que se refere aos seus 40 anos de existência. Dentro deste contexto está o Sistema do Tratado Antártico (STA), regime de cooperação internacional que foi estabelecido em torno do Tratado da Antártida, que rege a política do continente, dando ênfase às perspectivas dos Estudos Geopolíticos e da Política Externa Brasileira.

Como objetivo geral, o trabalho visa: analisar as contribuições geopolíticas do Programa Antártico Brasileiro para a Política Externa Brasileira em seus 40 anos de atuação na Antártida. Para isso, os objetivos específicos são: a) Contextualizar a geopolítica antártica contemporânea e as Relações internacionais envolvidas; b) Descrever a política externa do Brasil com a Antártida e seus marcos históricos ocorridos entre 1982 e 2022; e c) Identificar as contribuições do PROANTAR para a Política Externa Brasileira sob a ótica territorialista e internacionalista dos estudos geopolíticos.

Em suma, esta pesquisa pretende agregar conteúdo adicional e enriquecer o debate atual das Relações Internacionais ao empreender uma contribuição significativa à discussão do referido assunto. Infere-se que as informações aqui reunidas atenderão ao preenchimento do hiato de conhecimento citado por meio da organização adequada dos resultados obtidos através de uma pesquisa mais apurada acerca do tema em questão.

No que concerne à estrutura do texto, este se divide em referencial teórico, que apresenta os principais conceitos acadêmicos do qual o estudo se utiliza, tratando desde definições importantes das Relações Internacionais, dos Estudos Geopolíticos, com ênfase em suas abordagens territorialista e internacionalista, e finalizando com considerações sobre a Política Externa Brasileira (PEB).

Em seguida, expõe-se a metodologia empregada neste trabalho, evidenciando-se as classificações metodológicas da pesquisa, assim como os procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados aplicados. Mais adiante, os resultados levantados são divididos em dois subtópicos principais, o primeiro sobre a Geopolítica antártica e o segundo sobre o Brasil e o PROANTAR, apresentados de maneira cronológica, com ênfase nos marcos históricos e seus aspectos gerais mais destacados.

A análise e discussão de dados, realizada a seguir, faz a relação entre o referencial teórico e os dados levantados, ou seja, a associação entre o PROANTAR e os estudos geopolíticos junto à PEB. Por fim, conclui-se que o Programa trouxe contribuições significativas para o Brasil e continua sendo relevante para a projeção do país no Polo Sul.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para a construção da análise deste trabalho é importante que sejam observados conceitos importantes que darão embasamento às conclusões e aos argumentos suscitados nesta discussão. Desta forma, a seguir serão abordados com mais detalhes o âmbito dos Estudos geopolíticos e suas abordagens territorialista e internacionalista, levando em consideração suas influências sobre a Política Externa Brasileira (PEB).

Antes de tudo, sendo este um trabalho voltado para a área de Relações Internacionais, é importante defini-la de uma forma mais clara. Nesse sentido, as Relações Internacionais (RI) são um campo de estudo acadêmico que visa analisar e compreender as dinâmicas político-sociais que ocorrem entre os atores internacionais no sistema internacional.

Ao longo dos anos, as RI vêm se consolidando como um ramo independente da Ciência Política que reúne diversos estudos de forma interdisciplinar para uma investigação da natureza do meio internacional de uma forma mais integral e precisa (CASTRO, 2012).

De acordo com Souza (2005, p. 159), “todos os domínios da vida social são susceptíveis de depender da ciência das Relações Internacionais”. Ou seja, o campo das RI tem um amplo alcance e permite analisar diferentes aspectos de um objeto de estudo em uma ciência única.

Por se tratar de uma matéria abrangente, os estudos ocorrem através de uma gama de teorias que investigam os mais diferentes casos que ocorrem no sistema internacional. Neste trabalho foi destacado o quadro dos Estudos Geopolíticos em relação à Antártida

### 2.1 Os Estudos Geopolíticos

Ao abordar o termo Geopolítica, pode-se haver diferentes significados tanto espaciais, quanto temporais. No entanto, há um entendimento entre especialistas de que é algo totalmente distinto de campos disciplinares da Geografia e Geografia Política, não devendo ser confundidas ou igualadas. Para Mafra (2006) a Geopolítica

tem uma relação muito mais próxima das Ciências Políticas do que das anteriores, porém defende que a Geopolítica tem um foco de estudo mais específico e prático.

Seguindo esse viés, Mafra (2006) afirma que Geopolítica se entende como “a ciência que estuda a influência do meio-ambiente – características geográficas, forças sociais e culturais, recursos econômicos e etc., na política de uma nação”. Ainda na concepção de Mafra:

Deve ser lembrado que a Geopolítica é a parte da Ciência Política, e não da Geografia; que estuda as relações do Estado com o território; que é sensivelmente dinâmica; como um filme e não uma fotografia; que somente aconselha, preocupando-se com o presente e com o futuro; que estuda a influência das condições geográficas na política do Estado e que a geografia é a sua principal base. (MAFRA, 2006, p. 27).

Sob um enfoque mais brasileiro, o estudioso militar brasileiro General Golbery, definiu a Geopolítica como a “ciência que tem por campo de estudo a fundamentação geográfica das linhas de ação políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição” (SILVA, 1981 *apud* SOUZA 2021).

Outro acadêmico militar brasileiro, o general Meira Mattos, considerou que “Geopolítica é a arte de aplicar política nos espaços geográficos”, e ressaltou que “Geografia é Destino” (MEIRA MATTOS, 1977 *apud* MAFRA, 2006).

Em um entendimento mais oficial por parte do Governo Brasileiro, através de seu Glossário das Forças Armadas do Brasil, elaborado pelo Ministério da Defesa, considera-se a Geopolítica como “Parte da ciência política que estuda a fundamentação geográfica da política” (BRASIL, 2015, p. 129)

No que concerne ao âmbito acadêmico das Relações Internacionais, a Geopolítica se entende como ações políticas de uma ampla variedade de atores que procuraram pensar e moldar o espaço do seu entorno político (SOUZA, 2021). O Dicionário de Relações Internacionais, elaborado por Souza (2005, p. 89), conceitua Geopolítica como “uma combinação da ciência política e da geografia, que estuda as relações que existem entre a condução da política externa de um país e o quadro geográfico no qual ela se exerce”. Ainda segundo tal dicionário, para as Relações Internacionais a Geopolítica:

É o estudo diacrônico da política a partir de um ponto de vista geográfico, nas suas relações com os ambientes físico e social, estudo esse orientado para as Relações Internacionais, dedicando especial atenção ao que se relaciona

com a geração, a aquisição e o emprego do poder, tentando definir constantes, tendências, limites e condicionamentos. (SOUZA, 2005, p. 89).

A partir de tais definições, compreende-se que a Geopolítica não é dominada por uma única visão, mas por múltiplas abordagens teóricas que estudam aspectos espaciais de conflitos e dinâmicas regionais. Sendo assim, não há uma definição certa e consensual sobre o conceito geopolítico, pois é sempre objeto de intensa transformação, ou seja, a interpretação depende do seu contexto na qual está sendo estudada e aplicada (MAFRA, 2006).

Visto isso, a fim de contribuir para um melhor entendimento das relações de poder entre estados, surgem os estudos sobre a Geopolítica. Nesse campo se agrega o uso multidisciplinar da geografia e da ciência política, aliados a outros especialistas, entre eles estão historiadores, militares ou teóricos estrategistas, sociólogos e economistas, que buscam analisar os interesses internacionais dos Estados (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017).

O processo histórico da formação conceitual da geopolítica permitiu desenvolver argumentos com objetivo de conhecer a dinâmica dos jogos de poder e das suas diversas manifestações. É essencial o estudo da política e a relevância estratégica da geografia para a busca do poder internacional (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017).

Nesse processo, o ramo da chamada “Geopolítica Clássica” teve um papel importante na construção teórica atual da geopolítica e na consolidação de termos como, poder marítimo, poder terrestre, esfera de influência, espaço estratégico e entre outros. Assim, ela estudaria o impacto e a influência de certas características geográficas primordiais como as posições, localizações especiais, além da demografia, nas ações estratégicas dos Estados para auxiliar no desenvolvimento da sua influência no globo (BACKHEUSER, 1952 *apud* MAFRA 2006).

Desta forma, a construção das teorias geopolíticas clássicas foi muito importante para que fosse possível compreender de forma mais acurada a gênese da geopolítica, já que muitos autores se utilizam de tais conceitos dessa abordagem, de forma atualizada, e de acordo com a realidade contemporânea. Dessa forma, entende-se que o processo histórico da formação conceitual da Geopolítica permitiu desenvolver argumentos com objetivo de conhecer a dinâmica das relações de poder e suas diversas manifestações.

Do exposto, pode-se compreender que os Estudos Geopolíticos dizem respeito às observações feitas às disputas de poder no espaço e a noção de busca por poder e soberania pelos Estados no campo internacional. Para além disso, em um âmbito mais específico do tema antártico, muito se discute sobre os países com objetivos geopolíticos territorialistas e internacionalistas no continente de gelo. Para isso observou-se mais sobre tais abordagens a seguir.

### 2.1.1 *Abordagem Territorialista*

Desde o início da descoberta da Antártida, os países que requerem soberania sobre terras do continente são chamados de países territorialistas. Para formular tais reivindicações, esses se utilizam de diferentes perspectivas teóricas que dão legitimidade às suas demandas (FERREIRA, 2009). De acordo com Aquino *et al.* (2016), tais embasamentos teóricos territorialistas são divididos em seis segmentos: Teoria da Descoberta, Teoria da Contiguidade e da Continuidade, Teoria dos Quadrantes, Teoria da Ocupação Efetiva, Teoria dos Setores e a Teoria da Defrontação. Tais teorias territorialistas foram formuladas para conceder aos países a maior fatia de terra possível, podendo ser aplicadas em diferentes casos e, nesse sentido, utilizadas em especial no quadro geopolítico da Antártida.

A “Teoria da Descoberta” defende que os territórios devem estar sob a soberania dos Estados cujos cidadãos foram os responsáveis pela descoberta e exploração inicial do local. Sendo bastante utilizada pela Grã-Bretanha, Noruega e França devido a seus navegadores terem sido os primeiros a alcançar o espaço antártico (AQUINO *et al.*, 2016).

A “Teoria da Contiguidade e Continuidade” afirma que os territórios desocupados devem estar sob a soberania dos Estados que estão geograficamente mais próximos dele. Esta é utilizada principalmente pelos países sul-americanos da Argentina e Chile, os quais alegam serem os mais afetados pelo clima e meio ambiente antártico (AQUINO *et al.*, 2016).

A “Teoria dos Quadrantes” disserta que a Antártica seja dividida em partes consoantes às continentais fronteiriças. Ou seja, haveria uma porção sul-americana entre os meridianos 0°-90° O, uma porção australiana entre os meridianos 180°- 90°



Esta última é uma teoria brasileira formulada pela autora Therezinha de Castro em 1958, na qual defendia a inserção do Brasil na geopolítica antártica como um país territorialista, ideal esse que ganhou forte apoio no meio militar do país. A teoria permitiria que o Brasil obtivesse uma extensão de cerca de 500.000 km<sup>2</sup> na Antártica, já que seria alcançaria desde o Oeste pelo Arroio Chuí (53° 22') à leste pelo arquipélago de Martim-Vaz (28° 53') (AQUINO *et al.*, 2016).

Todavia, apesar de ter ganhado certo apoio nas alas militares brasileiras, não obteve apoio político suficiente para levar tais reivindicações adiante, visto que tais postulações entrariam em conflito diplomático direto com outras postulações dos vizinhos territorialistas sul-americanos, Argentina e Chile, além da Grã-Bretanha, o que se buscou ser evitado (AQUINO *et al.*, 2016). Posteriormente, ao assinar o Tratado da Antártida, o Brasil concordou em não fazer futuras reivindicações durante a vigência deste, o que se faz uma realidade até o presente momento (FERREIRA, 2009).

Notadamente, em relação aos países territorialistas, segundo Vieira (2006, p. 60), “é interessante lembrar que reivindicações oficiais ou extraoficiais por territórios antárticos têm sido seguidas pela instalação de bases de pesquisa no continente”. Somado a isto, mesmo sendo bases de cunho pacifista, nota-se que muitas dessas estações foram nomeadas sugerindo vínculos militares e imperialistas.

Pode-se entender que o uso de ícones militares de valor ideológico sinaliza a disposição dos países em se afirmarem politicamente, e não apenas cientificamente, as suas posições geopolíticas no continente antártico. O próprio Brasil, mesmo não sendo oficialmente territorialista, nomeou sua estação em homenagem ao Comandante Ferraz, um militar da Marinha Brasileira (AQUINO *et al.* 2016).

Mesmo assim, até a atualidade o Brasil não possui reivindicações oficiais sobre terras antárticas, sendo este um país que participa da geopolítica da Antártida através de uma perspectiva mais internacionalista (CARDONE, 2015).

### 2.1.2 *Abordagem Internacionalista*

Em contrapartida aos interesses de alguns Estados em realizar uma ocupação territorialista da Antártida, figura-se o forte impacto atual que permeia a geopolítica antártica apoiada por uma gama de atores que participam do quadro antártico, os

quais impulsionam o sistema antártico para que seja voltado para um viés internacionalista.

Tal perspectiva internacionalista defende transformar o espaço antártico em um patrimônio comum da humanidade, ou seja, criar um ambiente essencialmente internacionalizado, que garanta a conservação do meio ambiente da região e a promoção da ciência. Dessa forma, coloca-se em segundo plano os interesses pessoais de algum Estado, visto não estar sob a jurisdição de um país específico (VIEIRA, 2006).

A abordagem considera que o Direito Internacional, os tratados firmados, as organizações internacionais, a diplomacia, e a sociedade civil internacional, em conjunto, são capazes de promover um sistema de governança comunitário que atenda às necessidades coletivas da humanidade. Sendo tal feito materializado em um sistema que promova uso do continente para fins exclusivamente científicos e pacíficos, ao mesmo tempo em que gere benefícios comuns à todas as nações (AQUINO *et al.*, 2016).

Seus principais defensores se encontram na comunidade científica internacional, os quais reiteram a importância da preservação da região para o equilíbrio climático global. Esses que recebem grande apoio de diversas entidades internacionais e da maior parte dos países que participam do sistema antártico, os quais colaboram com a pauta de manutenção do espaço antártico como um santuário ecológico (VIEIRA, 2006).

O viés internacionalista ganhou forte ênfase na metade do século XX, nesse período, foram organizados encontros internacionais para a promoção da ciência e da conservação do espaço antártico, o que deu grande atenção para o tema. Isso, e entre outros fatores, deram força para criação do Tratado que rege a Antártida atualmente, este o qual foi redigido sob forte impacto desses ideais internacionalistas (VIEIRA, 2006).

Atualmente com o aumento de discussões sobre a agenda ambiental, e os fóruns de debate sobre mudança climática e proteção de ecossistemas, o viés internacionalista vem ganhando ênfase. Dessa forma a Antártida se demonstra como um grande exemplo de aplicação de sucesso da abordagem internacionalista, isso devido ao grande respeito dos atores inseridos na geopolítica da Antártida às normas estabelecidas em tal regime (CUNHA; ABRANTES, 2021).

O Brasil, nesse contexto, se promove oficialmente como um país de cunho internacionalista, visto ser historicamente um grande defensor da manutenção e fortalecimento dos instrumentos de preservação ambiental da Antártida (MATTOS, 2020). Isso se deve muito às características gerais históricas da política externa brasileira que muito confluem com pautas internacionalistas.

## **2.2 A Geopolítica no Brasil e a Política Externa Brasileira (PEB)**

No que concerne ao termo política externa, o Dicionário de Relações Internacionais de Souza (2005, p. 144), o define como “a atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem.”.

Para Cervo e Bueno (2015, p. 13) a Política externa são “instrumentos com que os governos afetaram o destino dos povos, mantendo a paz ou fazendo a guerra, administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atraso ou dependência”

De mesmo modo, Souza (2005, p. 144), explana que “Tradicionalmente, considera-se que as decisões em política externa são tomadas com base no cálculo entre as vantagens e desvantagens que acarreta, funcionando o centro de decisão como um todo unificado. Contudo, nem sempre se passa assim.”.

Visto isso, pode-se inferir que política externa são políticas de Estado voltadas para alcançar algum objetivo no âmbito internacional. Ademais, compreende-se também que a política externa de um país é um dos maiores objetos de estudo para o campo das Relações Internacionais (CASTRO, 2012).

Nesse sentido, conhecer a Política Externa Brasileira (PEB) é fundamental para compreender a atuação do Brasil na Antártida, em um contexto geral de orientações e posicionamentos dos objetivos manifestados pelo país em referência ao espaço antártico. Ademais, para melhor entender a PEB e sua relação com a Antártida, é importante se fazer uma breve associação com o pensamento geopolítico brasileiro.

O aparecimento da geopolítica no Brasil é consideravelmente antigo, sendo um dos primeiros países a produzir estudos sobre o tema, tanto que no início do século XX, já havia estudos sobre a geografia do poder. Todavia, as dinâmicas de pensamento geopolítico brasileiro, acabavam por ser fortemente influenciadas pelas deliberações vindas de escolas estrangeiras de formação. A formação teórica original

tardaria a chegar, sendo impulsionadas pelas experiências diplomáticas de Rio Branco, que lançaram as bases para o arcabouço da Política Externa Brasileira, mas sem ter necessariamente um pensamento geopolítico forte (SILVA *et al.*, [2019]).

A independência científica só viria acontecer na segunda metade do século XX, com autores como Mário Travassos, Everardo Backheuser, Meira Mattos e Therezinha de Castro, considerados expoentes do pensamento geopolítico brasileiro (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017). Nesse ponto foram traçados os espaços de interesse estratégico do Brasil, especialmente no continente americano, o qual acabou por se estender até o espaço antártico, e foi nesse momento em que se elaborou a Teoria da Defrontação por Castro.

Autores como Golbery do Couto e Silva, enfatizaram a promoção do país como um ator de relevância internacional, o que se daria através da projeção do Brasil em seu entorno estratégico, sendo a inserção brasileira na Antártida como um grande vetor para tais objetivos (AQUINO *et al.*, 2016).

Sob essa ótica, como uma forma de consolidação desse pensamento, o Livro Branco de Defesa Nacional, formado em 2012 e atualizado em 2020, tem por objetivo tornar público as políticas de defesa empregadas pelo Brasil, e inclui a Antártica como uma parte integrante da contiguidade estratégica do Brasil. Isso se deve em razão de este influenciar diretamente as dinâmicas climáticas sul-americanas, bem como seria uma área tática defensiva para a manutenção da segurança nacional (BRASIL, 2020a).

Em 2013, em consonância ao Livro Branco, foi elaborada a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), com o intuito de guiar as políticas estratégicas do Brasil no campo da defesa nacional. Ambos atualizados em 2020, o PND reafirma que o continente antártico é uma parte integrante do entorno estratégico brasileiro, já o END propõe, como uma ação estratégica para o incremento de sua inserção internacional, uma maior presença nos processos de decisão nos rumos do da região antártico (BRASIL, 2020b).

Visto isso, é compreensível que o pensamento geopolítico no Brasil também teve sua influência na PEB. Isso se demonstraria, entre outras coisas, no fato da PEB ter como centralidade a busca constante por desenvolvimento econômico, autonomia política e projeção internacional, tanto no campo interno quanto externo, porém este ocorreu através de diferentes estratégias ao longo do tempo. Desta forma, a escolha

das estratégias utilizadas foi orientada a partir de uma visão mais realista do sistema internacional, buscando, em grande parte do tempo, diversificar as suas relações com diferentes atores internacionais para possibilitar uma maior margem de manobra do país, e impulsionar uma ideia de destino e grandeza nacional do país. (PINHEIRO, 2004).

Apesar disso, a Política Externa Brasileira historicamente possui características pacifistas, sendo conhecida por sua tradicional cordialidade no que se refere a evitar conflitos e atrativos com outros Estados. Por sua vez, a diplomacia brasileira opta muitas vezes por marcar a presença do país no cenário global através de pautas mais internacionalistas, como cooperação internacional, defesa dos direitos humanos e da paz como meio de progresso da humanidade (CERVO; BUENO, 2015).

Ainda nesse aspecto, Cervo (2008), aponta que as tendências históricas gerais da PEB vêm seguindo valores como: não-intervenção; solução pacífica de controvérsias; multilateralismo normativo; cooperativismo; busca de parcerias estratégicas; realismo pragmático; independência diplomática; cordialidade oficial com a comunidade Internacional; desenvolvimento como meta; e a busca por prestígio internacional.

Sob um enfoque mais interno, pesquisadores apontam que a PEB possui uma relativa autonomia na formulação de sua política externa, e que o Ministério das Relações Exteriores (MER), principal órgão responsável pela PEB, é resiliente a mudanças de regimes e governos, mantendo uma relativa estabilidade em suas diretrizes durante sua história, o que permite trançar uma maior segurança a continuidade de sua postura internacional (CARDONE, 2015).

Para este trabalho, como uma forma de realizar uma análise periódica histórica, foi dada ênfase nas concepções de Amado Cervo e sua análise paradigmática sobre a PEB ao decorrer das últimas décadas, nesse caso, focado em especial no período de atuação do PROANTAR, ou seja, entre 1982 e 2022.

Cervo (2008) identifica a PEB através dos chamados “paradigmas”, estes que integram uma ideia de nação com projeção internacional, com percepção de interesses determinados e elaboração de políticas concordantes com tais interesses. Os paradigmas seriam compostos por dois tipos de componentes, sendo eles o bloco mental composto por questões ideológicas e políticas; e o bloco duro, composto por interesses, relações econômicas e impactos sobre a formação internacional. Assim,

seu desenvolvimento constitui o vetor da PEB conforme a base de periodização em diferentes estados paradigmáticos.

Cervo e Bueno (2015) apontam a importância do modelo de desenvolvimento do país como um elemento estruturante das decisões da PEB, particularmente a partir da década de 1930. O autor identifica a PEB em quatro períodos paradigmáticos, sendo eles o paradigma liberal-conservador (1810- 1930); o paradigma desenvolvimentista (1930-1989); o paradigma normal (1990- 2002); e o paradigma logístico (2003 a 2016) (CERVO, 2008). Desta forma, visto tais concepções abarcarem considerações importantes sobre características gerais da PEB no período de atuação do Brasil na Antártida, foram empregados especialmente os três últimos períodos, os quais coincidem com os anos de existência do PROANTAR.

Dito isto, no que se refere ao “Paradigma Desenvolvimentista”, é o período da PEB na qual o Estado busca por meio de sua diplomacia um novo modelo de inserção nacional, sendo orientado por políticas que buscavam o desenvolvimento de um país, que se encontrava em um intenso processo de urbanização e de expansão e modernização econômica. Nesse momento, apesar de ter um grande alinhamento com as posições dos Estados Unidos, este se dá de forma mais pragmática, visto se buscar mais autonomia decisória, expandir seu trânsito diplomático, uma definição de espaço estratégico para segurança nacional, e uma política comercial mais dinâmica e menos dependente da agroexportação (CERVO; BUENO, 2015).

Nesse sentido, tal período consolidou o Brasil como um país em desenvolvimento, com múltiplos interesses e que buscava amplificação econômica e de influência. Mesmo sendo uma política externa com aspectos do capitalismo liberal, não era tão fundamentalista quanto o paradigma posterior (CERVO; BUENO, 2015).

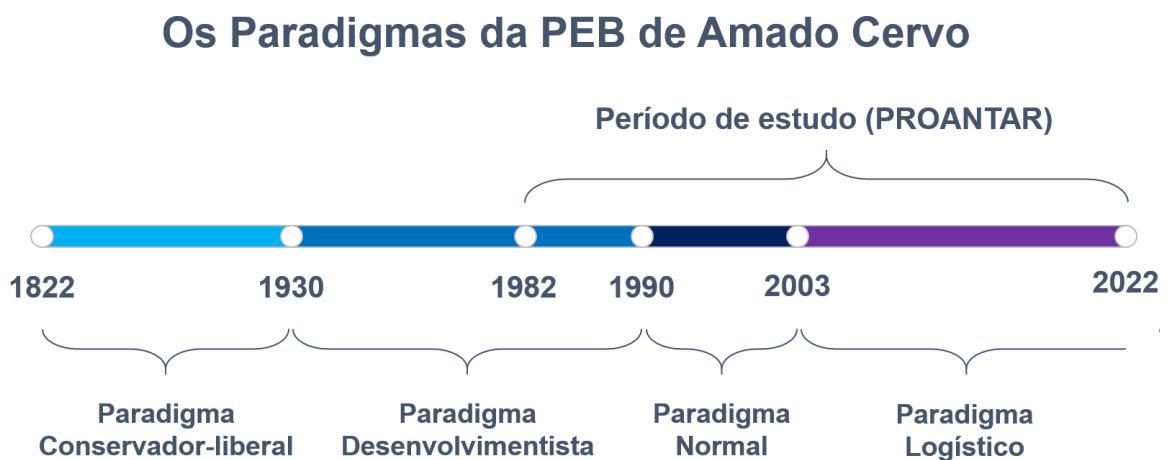
Já para o fim do século XX, o “Paradigma Normal ou Neoliberal” orienta a PEB para a hegemonia do pensamento econômica e político neoliberal, nesse caso mais focado nos objetivos de curto prazo. Entre suas características, o Estado se tornou menos interventor e com diminuição funcional, tomando-o menos articulador e um simples expectador do mercado global. A autonomia decisória foi negligenciada, e considerada pouco efetiva em um mundo globalizado onde prevalece a governança global (CERVO; BUENO, 2015).

Esse contexto acarretou uma PEB sem ter exatamente um foco claro e se perdendo nos seus objetivos internacionais. Em razão disso, o autor considera que,

apesar de ter ocorrido certos avanços na eficiência econômica e desburocratização do Estado, em geral tal período marcou um regresso na autonomia da PEB e aprofundamento da subserviência internacional do país (CERVO; BUENO, 2015).

Em contrapartida, o “Paradigma Logístico”, do início do século XXI, buscou agregar os benefícios dos dois períodos anteriores, mas em um sentido renovado de uma forma lógica. A política externa recuperou sua autonomia decisória e seus interesses estratégicos foram novamente delimitados. Foi promovido uma superação da dependência tecnológica estrangeira por meio do apoio logístico à indústria nacional, porém sem ter apelo doutrinário ao liberalismo comercial. As relações exteriores foram diversificadas, dando ênfase especial para a cooperação Sul-Sul orientada para os países em desenvolvimento, o que marcou a inserção do Brasil como um dos líderes emergentes em órgãos multilaterais internacionais (CERVO; BUENO, 2015). A seguir uma representação dos paradigmas de Amado Cervo em relação ao período de estudo realizado (figura 2).

**Figura 2 – Período de estudo em relação aos paradigmas de Amado Cervo**



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Visto isso, de acordo com a análise paradigmática elaborada por Cervo sobre a Política Externa Brasileira, torna-se possível traçar certos parâmetros gerais que marcaram a PEB durante diferentes estados políticos interno do Brasil. Para este trabalho, tais modelos de desenvolvimento foram delimitados, como foi exposto anteriormente (figura 2), para se fazer uma correlação de tais tendências com a história de atuação do PROANTAR.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho avaliou os resultados mais relevantes, em termos geopolíticos, que o PROANTAR propiciou para a política externa do Brasil em seus 40 anos de atuação. Para isto, foram empregadas técnicas de pesquisa padronizadas visando assim obter os resultados mais concretos e plausíveis que foi possível obter no processo de pesquisa e análise. A seguir serão apresentadas as classificações quanto a diferentes aspectos metodológicos utilizados, assim como os procedimentos de coleta e análise usados para se alcançar uma conclusão.

#### 3.1 Classificação da pesquisa

No que se refere ao seu objetivo, este trabalho é considerado como exploratório, pois visa analisar e promover um entendimento mais aprofundado acerca do PROANTAR e da política externa brasileira para a Antártida. A pesquisa exploratória se propõe a produzir uma maior familiaridade com a problemática, com vista a torná-lo mais compreensível aos acadêmicos e gerar novas hipóteses (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015).

Quanto ao método de abordagem, o presente estudo se categoriza como sendo indutivo, visto que almeja se observar o objeto em questão e formular hipóteses a partir de premissas, podendo se provar que tal hipótese é possivelmente verdadeira, porém não necessariamente verdadeira sobre a atuação brasileira na Antártida. O objetivo dos argumentos indutivos que serão apresentados é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam, conduzindo essencialmente a conclusões prováveis e não definitivas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Ademais, no referente ao campo da ciência, a presente pesquisa é classificada como interdisciplinar, já que está embasada na integração entre diferentes ambientes de mais de uma disciplina acadêmica (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015). No caso deste trabalho, serão abordados diversos temas que passam através das Relações Internacionais, da Geopolítica, do Direito internacional, das Ciências Políticas, dos Estudos Estratégicos e entre outros que serão correlacionados para dar embasamento ao estudo e gerar um resultado adequado à pergunta de pesquisa.

Em relação a sua natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, devido ao objeto de estudo analisado não ser diretamente passível de quantificação, sendo necessária uma visão mais orientada para a qualidade da natureza dos elementos estudados. A metodologia de pesquisa qualitativa pondera acerca da observação e interpretação de aspectos mais significativos e não-mensuráveis do fenômeno ocorrido, prezando por uma análise dos pormenores e da obtenção de resultados mais detalhados (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Ademais, no tratante à sua finalidade, esta é uma pesquisa básica, pois não tem como finalidade a aplicação imediata e prática de seus resultados, sendo um estudo de caráter mais teórico que tem por intenção gerar uma maior massa de dados para o atual debate acerca do assunto em questão, eventualmente servindo de material para futuros estudos. É um tipo de pesquisa que não tem preocupação com a aplicação real dos resultados gerados, ou seja, é mais voltada para a formulação de enunciados gerais e hipóteses (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015).

Com relação à origem dos dados utilizados, esses são considerados secundários, visto que eles têm proveniência de fontes bibliográficas já produzidas e disponíveis para consulta. Deste modo, as pesquisas bibliográficas ou secundárias são produzidas a partir de documentos já publicados, tendo por finalidade colocar o pesquisador em contato o que já foi feito sobre o assunto, todavia, não sendo uma mera repetição do que já foi estudado, mas sim o exame de um novo enfoque sobre o tema que possibilitaria novas visões e conclusões (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Por fim, com relação ao procedimento técnico utilizado, a pesquisa é feita através do método de estudo de caso, definido por Farias Filho e Arruda Filho (2015) como um estudo profundo acerca de um ou poucos objetos de maneira que seja possível o seu conhecimento de forma detalhada, coloca-se mais ênfase em uma análise contextual completa de poucos fatos e objetos por meio de múltiplas fontes de informações. De acordo com Mendonça (2014), esta pesquisa se classificaria, mais especificamente, como um estudo de caso histórico-organizacional, pois tem por objetivo investigar a vida de uma instituição, neste caso, a vida do PROANTAR.

De acordo com Yin (2001), para se fazer um estudo de caso de qualidade, deve-se seguir 4 princípios básicos: 1) Basear-se nas evidências mais relevantes; 2) Abranger as principais interpretações correntes; 3) Se dedicar aos aspectos mais significativos do caso; e 4) Utilizar-se do seu conhecimento prévio de especialista

acerca do tema. Seguindo as indicações de tais autores, a presente pesquisa deu atenção a estas premissas no processo como um todo.

Para tal, no decorrer deste estudo foi realizada uma análise de conteúdo histórica dos marcos mais relevantes do PROANTAR, descrito por intermédio de múltiplas fontes de informação. No presente caso, foram avaliadas diferentes perspectivas acerca da atuação do Brasil na Antártida, através da investigação de bibliografias que descrevem o PROANTAR segundo pesquisadores brasileiros especialistas no tema em questão. Além disso, visando uma compreensão mais completa, foram levantados dados sobre o contexto que permeia o objeto de pesquisa, ou seja, o continente antártico através de seus marcos históricos, bem como os documentos oficiais dos tratados firmados que regem a sua geopolítica contemporânea.

### 3.2 Procedimentos de coleta e análise de dados

Para o levantamento de tais dados, já que se trata de um estudo de caso que exige amplo material para análise, utilizou-se do procedimento de *desk research*, o qual consiste em realizar um extenso levantamento de estudos já publicados sobre o objeto de pesquisa, a partir de uma extensa seleção de documentos que variam desde trabalhos acadêmicos, artigos de periódicos, relatórios, tratados e acordos internacionais Mendonça (2014), sendo todos esses utilizados neste presente estudo.

Como instrumentos de coleta de dados, esses foram obtidos, essencialmente, via pesquisa na internet, utilizando-se plataformas online de banco de estudos, artigos e bibliografia das mais diversas. Escolheu-se duas plataformas em específico, Google Acadêmico e *Scielo*, usadas para obter dados atualizados e de grande relevância no meio acadêmico. Sendo dada prioridade para conteúdo de autores brasileiros, de publicação recentes, formando assim o banco de dados atualizado e mais próximo da confiabilidade exigida para a aplicação nesta pesquisa.

Como método de análise, foi realizada uma análise de conteúdo da correlação entre os resultados do levantamento bibliográfico-histórico, e os da base teórica coletados acerca dos estudos geopolíticos, em específico os fundamentos da política externa brasileira para obter uma conclusão que atenda aos requisitos especificados anteriormente e que responda aos questionamentos propostos pelo autor.

## 4 RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados dos dados levantados nesta pesquisa, sendo eles divididos em duas partes de forma a descrever os acontecimentos que motivaram a criação do Programa Antártico Brasileiro até o seu desenvolvimento atual na região polar. A primeira parte contextualiza os seus principais aspectos naturais que fomentam as disputas territoriais, e que, por sua vez, proporcionaram a criação do Tratado da Antártica e de seu regime internacional singular. A segunda parte, foca no âmbito da inserção do Brasil no espaço antártico e em tal sistema, e a formulação e desenvolvimento do PROANTAR como política externa brasileira para o continente austral.

### 4.1 A Antártida e a Geopolítica do Polo Sul

Antártida é, conforme versa o Tratado da Antártida, um território de aproximadamente 14 milhões de km<sup>2</sup> localizado abaixo do paralelo 60° S, dentro do círculo polar antártico, sendo a região mais austral (ao sul) do mundo e cercada completamente pelo oceano antártico, portanto, considerado assim o 6º continente da Terra (ROMERO, 2014). A Antártida é bastante notável por seus aspectos naturais singulares.

A região possui uma posição geográfica estratégica devido a ter acesso direto aos principais oceanos do mundo, estando assim no caminho das mais importantes rotas marítimas e aéreas globais (SILVA *et al.*, [2019]). Devido a sua grande extensão, é considerado o segundo maior território politicamente unificado do mundo, com a sua massa de terra compreendendo mais de 13 milhões de km<sup>2</sup>, sendo 1,6 vezes maior que o Brasil, que possui 8.5 milhões de km<sup>2</sup>. Nesses dois casos, é menor apenas que a Rússia em grau territorial (ANDRADE *et al.*, 2018).

Formado há mais de 20 milhões de anos, o 6º continente é também conhecido popularmente como “continente de gelo” (ver figura 3), isso devido a sua superfície terrestre estar quase que completamente coberta por uma grossa camada de gelo permanente. Possuindo uma média de 2 km de espessura, com picos que chegam a até 4,7 km em certos pontos, tal assentamento de gelo foi formado após milhares de anos de condições climáticas extremas locais, as quais resultaram nos atuais 98% de

seu território ocupados por gelo e neve, com praticamente nenhuma vegetação constante na região (AQUINO *et al*, 2016).

**Figura 3 – Localização estratégica da Antártida no planeta**



Fonte: Google Earth (2022).

Em virtude de estar localizada no extremo sul do globo, a Antártida apresenta temperaturas negativas intensas na maior parte do ano, resultantes das baixas exposições solares anuais junto a altas topografias, visto ser o continente mais alto do planeta, com uma média de altitude com cerca de 2,1 km em sua superfície. A temperatura média na costa é de 0°C no verão e de -15°C no inverno, e no interior do continente é de -32°C no verão e -65°C no inverno, tendo registrado recordes históricos abaixo dos -89°C. Tal fato assim o faz ser considerado o local mais frio do planeta Terra (AQUINO *et al.*, 2016).

No que se refere a água, devido a possuir uma grande quantidade de gelo na superfície, a região detém cerca de 90% da água potável, 70% de todas as reservas de água doce do mundo, isso em um planeta onde apenas 2,5% não são água salgada dos oceanos. No entanto, apesar de abranger essa enorme riqueza hídrica, o local é considerado uma das regiões mais secas da Terra, pois possui um índice pluviométrico extremamente baixo, com uma média de 150mm anuais de chuva,

índices semelhantes aos do deserto do Saara, e devido a sua enorme extensão, este é classificado como o maior deserto do mundo, um deserto de gelo (VIEIRA, 2006).

Apesar de ser o continente mais inóspito da superfície terrestre, a região possui uma biodiversidade bastante rica, sendo muito conhecida por ser a terra dos pinguins. Além disso, estão presentes no local uma diversidade única de espécies, a exemplo de certos líquens, briófitas, algas, sendo notável especialmente pelo seu ecossistema marinho, local esse onde guarda uma vasta fauna de peixes e mamíferos marinhos que vivem nas águas frias da região. Estes aspectos biológicos atraem grande atenção da comunidade acadêmica internacional, e fazem com que a Antártida seja um local de grande estima para pesquisa e preservação com fins científicos (MATTOS, 2014).

Ademais, outra riqueza que atrai atenção internacional, especialmente no aspecto econômico, é a possibilidade da existência de incalculáveis reservas de recursos minerais presentes abaixo do manto de gelo antártico. Tais reservas possuem um grande interesse comercial, entre elas estariam importantes recursos energéticos como petróleo, gás natural, carvão e urânio, além de minerais como ouro, prata, ferro, cobre e entre outros que possuem ampla aplicação dentro da indústria mundial (MATTOS, 2014). Com o esgotamento de diversas reservas atuais e o aumento da demanda global por estas commodities, os interesses pelos recursos da Antártida crescem. Todavia, tais depósitos antárticos se encontram retidos por uma série de restrições à sua exploração, firmados por tratados internacionais que os protegem por pelo menos mais algumas décadas adiante (VIEIRA, 2006).

Devido à sua lista de extremos e por possuir um clima tão hostil, a região se tornou isolada e inóspita, sendo até a atualidade um dos últimos territórios do planeta a não possuir qualquer habitação humana permanente, com somente algumas poucas estações para fins de pesquisa científica. Em razão disso, a Antártida não possui um Estado propriamente dito, o que faz com que seja administrada apenas a base de um regimento internacional que normatiza o seu usufruto devido, sobretudo para fins de cooperação ambiental e científica.

As primeiras evidências da existência do território antártico remontam à antiguidade, com teóricos gregos teorizando a existência de uma massa de terra no extremo sul da Terra. Todavia, somente no século XVIII que ocorreram os primeiros contatos do ser humano no continente, sendo o navegador britânico James Cook o

primeiro a alcançar o Círculo Polar Antártico, o que acabou por iniciar o período de aproximação do resto do mundo com a Antártida (AQUINO *et al.*, 2016). A partir de então uma série de expedições visitaram o local, e junto a isso houve o começo das disputas e trâmites geopolíticos entre nações pela conquista do continente de gelo.

#### 4.1.1 *Os primórdios da geopolítica antártica e as disputas territoriais*

A ocupação da Antártida foi um dos últimos limites terrestres em que o ser humano já atingiu. Oficialmente, não há registros comprovados de que já houve alguma sociedade que tenha se estabelecido para habitar o continente durante toda a história humana. As primeiras identificações de passagem do homem pelo local ocorreram em meados do século XVIII, quando o avanço da tecnologia marítima e os interesses imperialistas de potências europeias promoviam o expansionismo do seu poder de soberania através do financiamento de explorações além dos limites já alcançados até então, possibilitaram o estabelecimento de inúmeras expedições ao redor do mundo. Desta forma foram exploradas, e posteriormente dominadas, várias regiões pela África, América, Ásia, Oceania e, como última fronteira, o território antártico (FERREIRA, 2009).

A primeira exploração a chegar no que se considera território da Antártida atualmente, foi chefiada pelo famoso explorador de nacionalidade britânica James Cook, o qual estava realizando a sua viagem através da Oceania em nome do império britânico, na qual acabou por cruzar pela primeira vez o paralelo 70°S, entrando no Oceano Polar Ártico e dando o relato sobre a abundância da fauna marinha da região, apesar de Cook não ter alcançado a massa de terra em si, o seu testemunho sobre a região marinha incentivou diversas outras expedições ao local, especialmente de comerciantes ao buscar baleias que possuíam alto valor no mercado devido ao seu óleo natural, sendo o princípio da exploração antártica movida pelos interesses comerciais (CUNHA; ABRANTES, 2021).

O primeiro explorador a alcançar e pisar de fato no solo antártico foi o Russo Fabian Von Bellinghausen, o qual andou pelas terras antárticas no ano de 1820. A descoberta da Antártida foi um marco para o movimento que ocorria de euforia das grandes explorações internacionais, a partir de então estava confirmado que havia um novo território a ser investigado, sendo ele totalmente desabitado, diferente de

quaisquer outras terras conhecidas pelo mundo e que estava possivelmente repleto de inúmeras riquezas naturais e glória aos navegantes (FERREIRA, 2009).

Logo após isso, estabeleceu-se uma corrida com o objetivo de alcançar o continente e percorrer o seu território, sendo movida principalmente pela forte ambição de homens por bater recordes e colocar seus nomes na história. Sendo assim, devido ao seu forte apelo ao romantismo de se tornar uma lenda, tal período ficou conhecido como a “Era Heroica”, o qual foi marcado por uma série de grandes expedições que visavam romper os limites que ainda não haviam sido alcançados pela humanidade, neste caso uma coleção de viagens rumo ao extremo sul do planeta (FERREIRA, 2009).

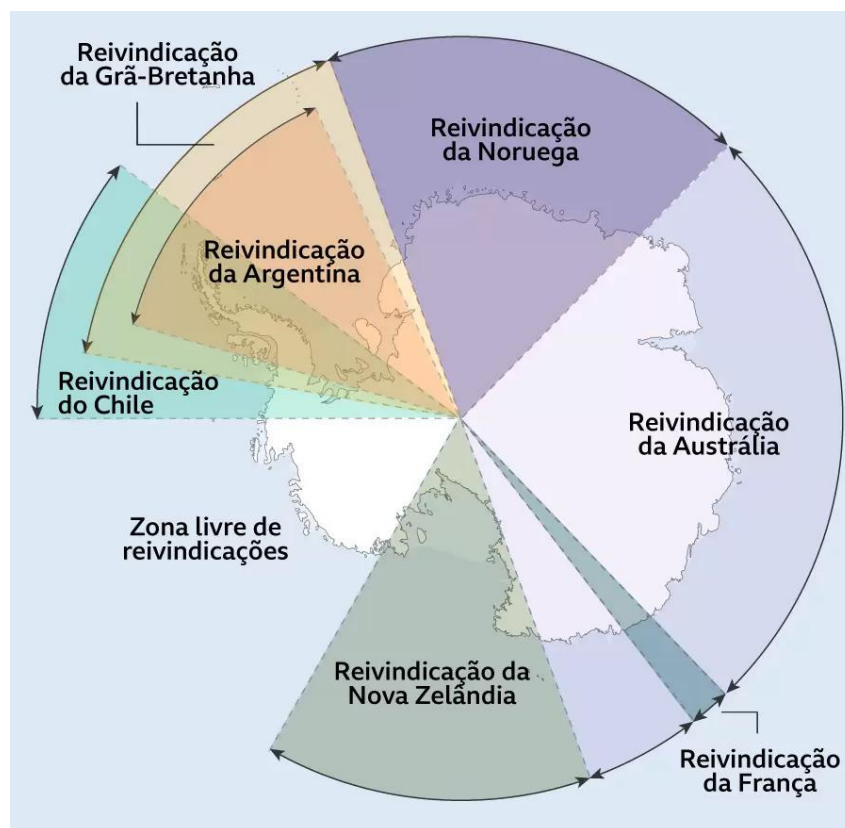
Durante o século XX, as expedições realizadas agora visavam explorar o interior até então inacessível do continente e provar a superioridade e poderio das nações ao fazer atos épicos. Entre as viagens mais memoráveis do período estão as sagas do norueguês Road Amundsen e do britânico Robert Scott, ambos os quais disputavam o mérito de quem chegaria primeiro no Polo sul terrestre que era considerado o último marco ainda não visitado do continente, acabando por Amundsen saindo como o vitorioso ao chegar em tal local no ano de 1911 (VIEIRA, 2006).

Desde então, no decorrer deste século, as viagens de cunho científico ganharam um maior foco, com a comunidade acadêmica internacional se interessando em conhecer mais sobre este continente singular, assim como as suas características naturais, o que vem marcando as atividades de pesquisa acadêmica que se sucedem na região no presente. Diante disso, foram fortalecidos diversos movimentos relacionados à preservação da Antártida à uma ocupação humana mais intensa, motivando assim a assinatura de uma série de tratados e protocolos que visam tal finalidade pela comunidade internacional (VIEIRA, 2006).

Em conjunto, todos esses processos históricos relacionados ao descobrimento, às expedições e à ocupação do continente antártico por diferentes exploradores, os quais carregavam com si o nome de suas nações de origem, teceram as bases para posteriores reivindicações de tais Estados sobre a soberania territorial da região. Apesar de tais intenções de domínio político da região se encontrarem neutralizadas por acordos internacionais firmados, eles não deixam de ser uns principais temas que rodeiam a geopolítica antártica contemporânea (CUNHA; ABRANTES, 2021).

Atualmente não há um Estado que tenha soberania sobre a Antártida reconhecida pela comunidade internacional. Apesar disso, entre os anos de 1908 e 1948, 7 países formalmente reclamaram jurisdições sobre terras antárticas (ver figura 4), sendo eles, em ordem cronológica: Grã-Bretanha (1908); Nova Zelândia (1923); França (1924); Austrália (1933); Noruega (1939); Chile (1940) e Argentina (1940) (Brasil [202-?]c). Postulações estas que ainda hoje se encontram operantes, como observado a seguir (figura 4).

**Figura 4 – Reivindicações de Estados sobre o território antártico**



Fonte: BBC Brasil (2021).

Tais reivindicações têm em comum possuírem uma perspectiva territorialista de ocupação e domínio político particular, porém não tem como fundamento um argumento único para todos os 7, e sim por diferentes teorias que favoreçam tais nações da melhor forma, neste caso, concedendo a maior fatia de terra possível para si próprios. Todavia, isso gerou impasses entre os requerentes, como o fato de ocorrerem sobreposições de certos pedaços de terra almejados, como bem observado na figura 1 anterior, onde a península antártica é disputada simultaneamente tanto

pela Grã-Bretanha quanto pela Argentina e Chile. Devido a isto, durante esse período houve uma série de discussões sobre quem de fato é o dono do continente austral, como ele deveria ser dividido e como deveria administrado, debates estes que seriam conhecidos como “a questão antártica” (FERREIRA, 2009).

Até antes da 2ª Guerra Mundial, a questão antártica não era tão acentuada quanto foi depois dela. Com o fim do conflito, foi instituída uma nova ordem mundial com dois Polos econômicos e ideológicos de poder, devidos entre o bloco capitalista entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), e o socialista coordenado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), período conhecido como Guerra Fria. Esses dois países disputavam influência e expansão de seu poderio, e logo viram a Antártida como um local geográfico estratégico para tais fins (VIEIRA, 2006). Em 1956, a URSS e os EUA construíram suas primeiras instalações científicas antárticas, Mirny e McMurdo respectivamente, sendo a última a maior estação na Antártida até hoje, o que demonstrava seus interesses científicos, porém ainda omitia suas pretensões políticas e militares (ANDRADE *et al.*, 2018).

Países ocidentais também intensificaram as suas investidas no continente, construindo bases de pesquisa na região e reiterando suas reivindicações já feitas, visando, entre outras coisas, frear o avanço soviético no continente. Apesar disso, nunca houve de fato uma reivindicação formal por parte da URSS sobre a Antártida, em geral, ela apenas declarava que reconheceria os requerimentos alheios se ela participasse das negociações políticas de divisão do continente. Os EUA, de mesmo modo, não realizaram postulações sobre nenhuma terra local, porém não reconhecia quaisquer requisições já feitas por outras Nações (SILVA, 2011; VIEIRA, 2006,).

Visando conter uma escalada maior das disputas pelo continente, especialmente em um contexto de Guerra Fria, inúmeras propostas para dar uma solução à questão foram discutidas. Em 1948, os Estados Unidos sugeriram, ao contrário dos outros países até então, uma abordagem mais internacionalista sobre a Antártida, propondo que a região fosse administrada diretamente por uma instituição internacional, sendo colocada a Organização das Nações Unidas (ONU) como a mais adequada para tal, ou mesmo que fosse criada uma gestão conjunta dos países envolvidos no local, porém deixando a URSS de fora do acordo. Todavia a proposta

americana não obteve consenso e acabou por ser rejeitada. (ANDRADE *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, [2019]).

O Chile, em seguida, fez sua sugestão através da Declaração do Escudero, o qual propunha que as reivindicações fossem suspensas, que houvesse um incentivo ao uso para fins de pesquisa, que fosse amplamente compartilhado os conhecimentos científicos que seriam obtidos, que a instalação de bases de pesquisa na região não fosse usada como um argumento *uti possidetis* para futuras reclamações de terras (ANDRADE *et al.*, 2018). Tal proposta, assim como a anterior, não obteve êxito devido aos não beneficiar todos os Estados com ambições territorialistas com tais termos, porém foi usada como inspiração para o tratado definitivo acordado anos depois (SILVA *et al.*, 2018).

Paralelo a isto, a comunidade científica se organizava para promover o continente como um ambiente reservado para produção de conhecimento com fins pacíficos, assim como para a preservação da natureza local. Já em 1882, foi organizado o Ano Polar Internacional que, apesar de ter ocorrido apenas na região do Ártico norte, deu bases para a segunda edição (1932-1933) que teve estudos em terras antárticas. Na terceira edição do que seria o terceiro Ano Polar Internacional (1957-1958), acabou por se tornar o Ano Geofísico Internacional (AGI), o qual reuniu importantes pesquisas em diferentes áreas da ciência como: geografia, geofísica, astronomia, meteorologia, e muitas outras (ANDRADE *et al.*, 2018).

Durante o período da AGI, 12 países, sendo eles: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União Soviética, estabeleceram estações de pesquisa na em território antártico. Com os EUA e a URSS, tendo construído 7 bases cada (FERREIRA, 2009, p. 39). O AGI trouxe grandes contribuições para as discussões que se sucederam anos depois, sendo um evento marcante ao transmitir às nações envolvidas a importância de se preservar a Antártida como um território voltado à paz, à ciência e à cooperação internacional (VIEIRA, 2006). O que por sua vez culminou na criação de um tratado definitivo para a questão antártica, este que ganhou uma atenção mais dirigida à relevância científica da região devido ao AGI (ANDRADE *et al.*, 2018).

Aproveitando a oportunidade de avanço nas discussões sobre o tema antártico, e querendo evitar uma futura reivindicação por parte da URSS, os EUA propuseram uma nova reunião para a formação de um acordo internacional e, em 1959, ocorreu a

Conferência de Washington. Nas negociações pré-conferência, foram debatidos os principais pontos a serem votados, sendo reaproveitados muitos dos pontos da Declaração do Escudero e adicionados outros. Os EUA reiteraram a sua abstenção a reivindicações antárticas, o Reino Unido introduziu a criação de uma nova autoridade internacional antártica de administração coletiva, além de incluir uma cláusula sobre desmilitarização da região e convidou a URSS para participar do novo tratado como membro ativo. Assim satisfazendo as vontades de ambos os lados da Guerra Fria de estarem inseridos no novo acordo. (ANDRADE *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, [2019]).

Os demais países estavam dispostos a abrir algumas concessões ao quererem evitar a possível militarização do continente pelos soviéticos, porém rejeitavam uma internacionalização completa e abertura irrestrita aos demais países, bem como não pretendiam abandonar suas petições sobre terras no continente austral. Apesar da extrema dificuldade de conseguir conciliar uma série de anseios particulares de tais Estados, em dezembro de 1959, foi assinado o chamado “Tratado da Antártida” (FERREIRA, 2009).

#### 4.1.2 *A geopolítica do Tratado da Antártida e de seu regime internacional*

Criado em plena Guerra Fria, e um dos poucos momentos de cooperação entre os EUA e URSS para fins pacifistas, o Tratado da Antártida foi um marco histórico da diplomacia internacional. O Tratado foi motivado, em especial, por questões estratégicas, tendo como finalidade principal cessar as reivindicações territoriais, assim como garantir que a Antártida fosse utilizada exclusivamente para propósitos pacíficos e que não chegasse a ser cenário ou motivo de intrigas internacionais entre Estados (ANDRADE *et al.*, 2018).

Após firmado, celebrou-se então a criação de uma gestão por autoridade multinacional, sem que haja um Estado soberano na região, e um novo regime internacional consagrado por sua eficácia em tornar o continente austral uma zona voltada à cooperação, conservação ambiental e promoção do progresso humano, desta forma o espaço passou a ser utilizado para fins essencialmente científicos, sem haver objetivos comerciais ou militares envolvidos (FERREIRA, 2009).

A assinatura do Tratado contou com 12 signatários originais: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova

Zelândia, Reino Unido e a União Soviética (ANDRADE *et al.*, 2018). O documento passou a vigorar em 23 de junho de 1961, após passar por ratificação por estes 12 países. Inicialmente contando com apenas alguns poucos países, à época estratégicos na geopolítica mundial, ao longo dos anos, mais e mais nações se juntaram ao regime fazendo com que a internacionalização da área ficasse cada vez mais evidente e intensificada (AQUINO *et al.*, 2016). Em 2022, o acordo dispunha de 55 Estados-membros, dentre eles o Brasil, o qual aderiu ao Tratado em 1975 (BRASIL, [202-?]c).

O Tratado é regido de 14 artigos fundamentais, os quais versam sobre assuntos como: definição do espaço antártico como toda área ao sul do paralelo 60°S; uso pacífico da Antártida e de seus recursos; liberdade de pesquisa científica; incentivo à cooperação internacional em pesquisas antárticas; livre compartilhamento dos resultados científicos obtidos; distribuição justa dos benefícios obtidos com recursos e pesquisas na região; impedimento de manobras e construção de bases de cunho militar; proibição de testes com armas de qualquer natureza, incluindo testes nucleares ou deposição de resíduos radioativos em solo antártico; interdição de novas reivindicações sobre terras antárticas ao mesmo tempo em que se registram, porém não as reconhecem, as 7 postulações pré-existentes; além de outras questões institucionais relativas à administração da Antártida e seus processos decisórios (ANDRADE *et al.*, 2018; BRASIL, 2016; SILVA, 2011).

Os países territorialistas, centrais na questão antártica, ficaram satisfeitos, já que a ratificação do acordo não significaria uma renúncia completa ou impedimento dos direitos de soberania territorial alegados sobre terras antárticas, nem tampouco seria o reconhecimento de pretensões alheias. De mesmo modo, a comunidade internacional científica e civil tiveram suas demandas internacionalistas atendidas ao se prezar pela paz e cooperação no Tratado. Outros países estavam abertos a participarem da exploração antártica, porém, quaisquer atividades que sejam realizadas após o acordo não poderiam ser usadas como justificativa para futuras reivindicações territoriais por nenhuma nação (ANDRADE *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, [2019]).

De acordo com Cunha e Abrantes (2021, p. 14):

Com a assinatura do Tratado da Antártica iniciou-se uma fase em que os interesses territorialistas foram adiados em favor da paz mundial, tendo a

ciência como o seu fiador, que foi sucedida por um período de promoção da exploração sustentável dos recursos, para, finalmente, emergir o estágio atual, contemporâneo, caracterizado pela preocupação global com o meio ambiente.

Apesar do acordo versar e dar ênfase sobre o uso pacífico e civil do continente austral, ele não chega a proibir a utilização de forças militares como forma de prestação de apoio logístico às atividades científicas na região. Devido à essa abertura, as forças armadas são amplamente utilizadas pelos países em suas atividades cotidianas, entre eles o Brasil com a sua Marinha, sendo eles um suporte essencial. Todavia, apesar de que tais instituições nacionais regularmente destacarem publicamente os seus compromissos estritamente humanitários, ainda assim geram certa desconfiança geral com intensificação de sua presença na Antártida (ANDRADE, 2018; FERREIRA, 2009).

Devido ao Tratado da Antártida ter se centrado mais em questões geopolíticas, ele deixou de abordar outras questões mais específicas, mas também importantes, como em relação às disposições sobre o meio ambiente antártico e seu usufruto. Para isso, em 1991, como um complemento do Tratado original, foi assinado o Protocolo ao Tratado Antártico sobre a Proteção do Meio-Ambiente, o chamado “Protocolo de Madri”. Composto por 27 artigos e em vigor desde 1998, o protocolo regula os aspectos ecológicos de uso do continente austral, visa a proteção integral da natureza local, a avaliação de impactos ambientais sobre a fauna, flora, gestão de resíduos, poluição marinha e gestão do zoneamento, além de estabelecer um tribunal arbitrário para revisões. O instrumento reitera o status antártico de reserva natural internacional e patrimônio da humanidade (BRASIL, 2016; CUNHA; ABRANTES, 2021).

Firmado mais de 30 anos depois da assinatura do Tratado da Antártida, o Protocolo de Madri foi o resultado de uma longa negociação, que acabou por consagrar a proposta da França e Austrália, apoiada desde o início pelo Brasil, e com relutância inicial dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Chile (SILVA, 2011). Isso devido a uma de suas principais resoluções versar que, durante 50 anos, entre 1998 e 2048, torna-se banida toda e qualquer exploração mineral com objetivos comerciais na região, exceto apenas para aquelas para fins de pesquisa acadêmica. Termos esses aplicados tanto para atividades governamentais ou privadas, o que fortalece o caráter ambientalista do regime antártico. Além disso, tal proibição sobre a mineração não

pode ser revogada, a não ser que se crie um regime específico sobre essas atividades na Antártida. (ANDRADE *et al.* 2018, p. 15; ROMERO, 2014, p. 22).

Após o fim desse período demarcado, está previsto que será aberta a revisão de tais termos restritivos, se assim algum participante consultivo do Tratado o solicitar. Segundo Cunha (2021), “considerando as já conhecidas riquezas presentes na Antártica [...], não se pode descartar a possibilidade de que algum Estado manifeste o interesse em rediscutir as bases desse diploma legal”. Ou seja, a possibilidade de revisão do protocolo em 2048, pode significar o relaxamento da moratória à exploração mineral, assim como de outros dispositivos importantes do que é considerado um dos principais instrumentos desse regime de proteção ambiental da Antártida.

Além do Protocolo de Madri, vários outros acordos foram elaborados visando complementar a normatização de diversos aspectos que o Tratado original não versa. Em conjunto eles formam a jurisprudência do que é conhecido como o Sistema do Tratado Antártico (STA) (SILVA, 2011). Desta forma, o STA se caracteriza como um regime internacional que alcança toda a área ao sul do paralelo 60º Sul, e regulamenta as atividades humanas que ocorrem na Antártida. Tal regime jurídico é composto por um complexo conjunto de normas e instrumentos, os quais são unidos entre si pelos princípios fundamentais do Tratado da Antártida.

Para a tomada de decisões em relação ao regime, foi criado um fórum que se reúne anualmente chamado de Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártida (ATCMs). Tal assembleia é constituída pelos países membros de tal Tratado, todavia, nela é feita uma divisão em dois grupos, sendo eles os países consultivos, que possuem poder de voto e veto, e os países não consultivos, que podem contribuir apenas indiretamente para a discussão, porém sem os direitos de decisão dos anteriores. Desta forma, os países consultivos possuem um poder de influência muito maior nas questões que envolvem o espaço antártico. As partes consultivas são compostas, além doze países signatários originais, por Estados que evidenciam significativa e contínua atividade científica na região, este que conta, em 2022, com 29 países, entre eles o Brasil que foi admitido como parte consultiva em 1983 (ABRANTES, 2021; ANDRADE *et al.*, 2018; BRASIL, [202-?]; CUNHA).

As deliberações feitas pelas ATMCs são efetivadas, em geral, após a ratificação de todos os membros consultivos, todavia, por não possuir uma entidade

supranacional superior, não se pode assegurar que todos os países adotem de imediato as proposições das reuniões anuais, o que resulta em muitas decisões, que foram feitas anos anteriores, não entrando em vigor até o momento. Isso demonstraria que, apesar de deter alto grau de colaboração, tal sistema ainda possui certa morosidade e falta de eficácia em alguns momentos, evidenciando um dos problemas do regime antártico (SILVA *et al.*, [2019]).

Além desses dois grupos citados, organizações internacionais como a ONU, assim como outros países não signatários do tratado, possuem o direito de comparecer às reuniões como observadores desde os anos 90, o que reforçaria o sentido de cooperação do sistema antártico (MATTOS, 2014). Somado a isto, segundo o entendimento de Vieira (2006) as ATCMs, que tem como representantes os Estados, pode ser entendido como o órgão “legislativo” da Antártida, já o equivalente ao órgão “executivo”, com membros não estatais, poderia ser compreendido como sendo o Comitê Científico sobre Pesquisas Antárticas (SCAR).

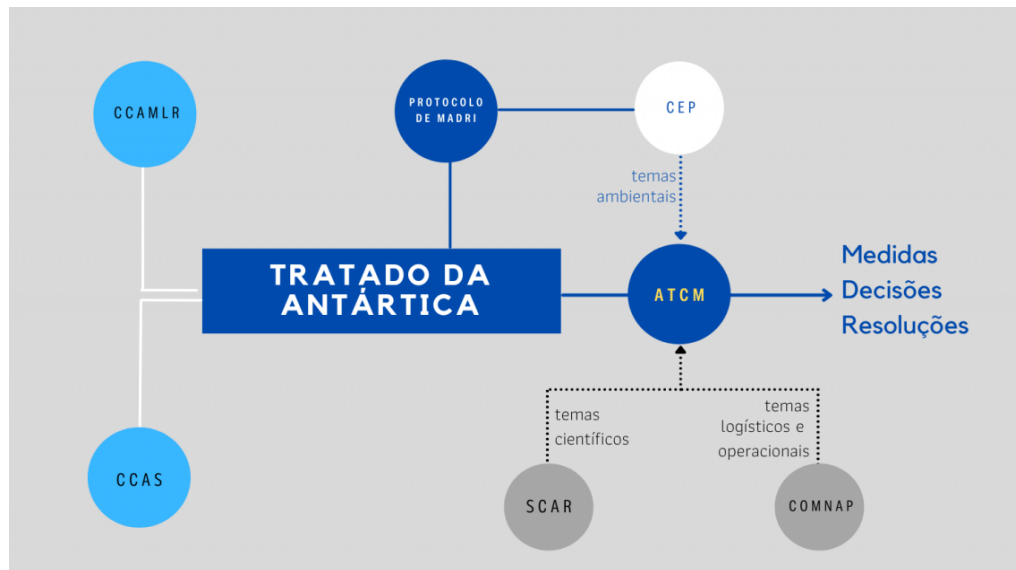
O SCAR, criado em 1958, é o órgão que tem por principal função coordenar os programas científicos desenvolvidos na Antártida. Diferentemente das ATCMs, suas reuniões são realizadas a cada dois anos, e seus membros são cientistas de diversas nações e áreas de conhecimento escolhidos pela comunidade científica internacional (ANDRADE *et al.*, 2018; VIEIRA, 2006). Ademais, o SCAR gera diversas recomendações para as ATCMs, sobre questões ambientais e de pesquisa pertinentes no continente antártico, muitas das quais já foram incluídas nas diretrizes do STA (CUNHA; ABRANTES, 2021).

Para dar suporte aos órgãos mencionados, as Reuniões Consultivas Especiais, em geral, servem para discutir a incorporação de uma nação do Tratado, no entanto, quatro delas já obtiveram outros resultados como as notáveis convenções que regulam aspectos mais específicos do regime. Entre as principais estão: Convenção para Conservação das Focas Antárticas (CCAS) de 1972, Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártida (CCAMLR) de 1980, Convenção para Regulação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos (CRAMRA) de 1988, mas que não ainda entrou em vigor, e o próprio Protocolo de Madri (1991) (ANDRADE *et al.*, 2018; BRASIL, [202-?]c).

Além desses, é importante citar o Secretariado Permanente do Tratado da Antártica, as Reuniões de Especialistas, o Comitê de Proteção Ambiental (CEP), o

Conselho de Gestores dos Programas Nacionais Antárticos (COMNAP), e entre outros. Em conjunto, todos esses órgãos e instrumentos citados, junta-se ao Tratado original e formam o regime internacional da Antártida, ou seja, o STA (ANDRADE *et al.*, 2018; FERREIRA, 2009). A seguir, uma representação visual da organização do STA (Figura 5).

**Figura 5 – Organograma do STA.**



Fonte: Brasil [202-?]c.

O STA com a sua complexa rede jurídica e administrativa, além de sua contínua ampliação e fortalecimento com o passar dos anos, faz demonstrar que tal regime ainda se mantém firme e funcionando muito bem em seus objetivos originais. Ademais, o sistema pode ser retratado como o exemplo de internacionalização eficaz e funcional da Antártida, podendo até mesmo compará-lo como uma organização internacional devido a possuir personalidade jurídica própria e amplamente reconhecida (SILVA, 2011).

Nesse sentido, também é possível considerar o sistema um exemplo de superação de interesses territorialistas, para um regime essencialmente internacionalista e eficaz, visto que conseguiu manter o espaço antártico um território dedicado à paz, ciência e cooperação internacional, em detrimento de sua partição entre várias nações (VIEIRA, 2006). Todavia, apesar do sucesso até o momento, isso não necessariamente se reflete em seu futuro próximo.

O Tratado da Antártida previa que, após 30 anos de sua entrada em vigor, seria aberta a revisão do acordo. No entanto, alcançado o ano de 1991, não houve solicitações de retificação dos termos por nenhuma parte consultiva, o que gerou a sua renovação por mais 50 anos a partir de então (ANDRADE *et al.*, 2018). Isto significa que, antes mesmo do fim do prazo de vigor do Protocolo de Madri em 2049, haverá a revisão do próprio Tratado base do sistema em 2041. Esse processo de renovação, na prática, significou o adiamento de importantes discussões sobre outras formas de uso do território antártico para além das tradicionais pesquisas científicas. (VIEIRA, 2006).

O novo prazo do tratado, agora marcado para 2041, gera debates acerca de seu futuro. Neste contexto, de acordo com Cunha e Abrantes (2021, p. 19) “após cerca de sessenta anos, desde que passou a vigorar o Tratado da Antártica, o STA parece estar imerso em um horizonte geopolítico incerto”. Isso se deve, entre outros motivos, devido à intensificação de temas globais que vão desde âmbitos ambientais como as mudanças climáticas, comerciais como a expansão do mercado de pesca e turismo rumo ao sul do paralelo 60°S (CUNHA; ABRANTES p. 19).

Não se sabe que tipo de desafios o mundo enfrentará quando o Tratado for aberto a revisão, e conforme os recursos energéticos e naturais vão se esgotando a nível mundial, além do contínuo avanço da tecnologia que permita exploração mineral no continente de gelo, os países vão tomando consciência do peso geopolítico e econômico da região. Nesse caso, as nações que já estiverem presentes no continente estarão na dianteira desse processo (AQUINO *et al.*, 2016).

De fato, diversos países têm expandido suas atuações na região. Atualmente, 30 países signatários possuem bases de pesquisa antárticas, divididos entre estações sazonais e permanentes, entre outras em planos de expansão e construção (BRASIL, [202-?]c). Isso fomentou a discussão de possíveis novas reivindicações de território por diversos países pelo, entre eles alguns sul-americanos, tal como posições assumidas, mesmo que não oficiais, de Uruguai, Peru e Equador, o que poderia significar o ressurgimento dos interesses territorialistas sobre a Antártida, e fragilidade do STA em breve (VIEIRA, 2006).

Nesse contexto de futuro incerto do STA, é importante se observar a postura do Brasil em tal regime internacional, assim como, a sua atuação na Antártida e na

geopolítica que envolve o continente, para que se possa visualizar a sua influência no meio antártico e nas decisões para o seu futuro.

#### 4.2 O Brasil na Antártida

A relação do Brasil com a Antártida foi por muito tempo nula ou incipiente, o que vai de acordo com Silva (2011, p. 112) o qual afirmou que “o interesse pelo continente antártico foi despertado tardiamente pelo Brasil”. De fato, não houve movimentações brasileiras durante os primórdios da geopolítica antártica, durante o século XIX e na primeira metade do século XX, não tendo realizado qualquer expedição para a região e não havendo participado das discussões sobre a questão antártica. Devido a isto, não foi convidado para participar na Conferência de Washington que deu origem ao Tratado da Antártida (ANDRADE *et al.*, 2018).

Todavia, as primeiras manifestações do Brasil a respeito de seus interesses na Antártida se sucederam em meados da década de 1950, quando houve importantes discussões sobre como o Brasil deveria se inserir no ambiente Antártico. A importância estratégica do continente era ressaltada em círculos políticos e acadêmicos internos. Como resultado, nesse período se formulou a chamada Teoria da Defrontação por estudiosos geopolíticos brasileiros, os quais defendiam o direito do Brasil em reivindicar terras antárticas. Apesar de tal pensamento ter ganhado apoio em setores militares, tal abordagem territorialista não foi para frente devido a causar impasses indesejados com outras nações que requerem o mesmo espaço (ANDRADE *et al.*, 2018; CARDONE, 2015)

Somente na década de 1970 que o espaço antártico ganhou uma atenção mais consistente por parte do Brasil, isso em um contexto de crise global do petróleo, e crescente interesse mundial do potencial econômico dos recursos naturais que o continente austral poderia proporcionar. Em vista disso, em 16 de maio de 1975, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártida, com o objetivo de se inserir no processo de decisões que definiriam o sistema regulatório de usos e exploração do espaço antártico. Em contrapartida, o país renunciou ao direito de reivindicar qualquer terreno antártico durante o vigor do acordo, assim como todos os Estados signatários do Tratado (FERREIRA, 2009).

Essa posição internacionalista de abandono dos interesses territoriais, segundo Ferreira (2009, p.124), tem a ver com o fato de que naquele momento foi dada prioridade para se manter o bem-estar das relações com os países territorialistas vizinhos sul-americanos Argentina e Chile. Todavia, essa posição passiva seria de caráter temporário, pelo menos até a sua aceitação como membro consultivo do STA, em que outros interesses políticos e econômicos seriam mais evidenciados. Ainda nas concepções de Ferreira (2009), este considera que houve 3 motivos para a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida: a adesão teve razões estratégicas e de segurança; houve influência de ideias territorialistas, porém sem consolidação de qualquer pretensão territorial; e o fato do acordo ser visto então com um arranjo que seria revisto no futuro.

Visto isso, a adesão do Brasil Tratado foi acompanhada já com a intenção de se promover como um membro consultivo do STA. Para isto, e como estratégia para alcançar esse objetivo, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) o qual desenvolveu a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). Essa estrutura institucional planejou uma política gradualista das atividades que elevariam o Brasil ao status de membro consultivo. Tal enfoque gradualista seria para diluir o alto investimento e eventuais atritos com outros países amigos do PEB (CARDONE, 2015).

Desde modo, após anos de planejamento, em 1982 foram iniciadas as primeiras expedições brasileiras rumo a Antártida, e devido a esta movimentação, já no ano seguinte, em 1983, o Brasil foi então admitido como Parte Consultiva do Tratado, sendo, em 1986, aceito como membro do SCAR (FERREIRA, 2009). O POLANTAR, traçou além desse feito os seguintes objetivos e princípios fundamentais: ampliação da presença brasileira na Antártida, a participação em todas as instituições que compõem o STA, a promoção da ciência, e preservação da natureza antártica, e dar apoio ao fortalecimento das normas do regime como um todo (SOUZA, 2021).

O POLANTAR por si só, era somente um plano estratégico do Brasil para Antártida, que possuía um foco mais político e de orientação geral das ações recomendadas a se seguir, porém, sem uma estrutura física própria para realizar tais diretrizes. Nesse sentido, houve a necessidade de se criar um corpo estrutural somente para se dedicar a execução dos objetivos gerais brasileiros na Antártida almeçados pelo POLANTAR. Na decorrência de tal demanda, em 12 de janeiro de

1982, foi então criado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) (FERREIRA, 2009), programa esse que se apresenta como mecanismo chave de projeção do Brasil na Antártida desde então.

#### 4.2.1 O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)

De acordo com o site institucional do Programa Antártico Brasileiro:

O Programa Antártico Brasileiro (PRONTAR) é um programa de Estado, com execução descentralizada e multi-institucional, que visa garantir a presença estratégica do Brasil no Continente Branco, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade e com os cuidados devidos para preservação do meio ambiente antártico, a fim de assegurar ao País a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica (BRASIL, [202-?]b).

Desta forma, o PROANTAR se demonstra como um meio de atuação e fortalecimento dos interesses brasileiros no regime, sendo a parte presencial e material do Brasil no espaço antártico. Entre seus objetivos estão, promover projetos científicos pacíficos de alta qualidade, desenvolver tecnologia para uso sustentável da região, formar recursos humanos capacitados em assuntos antárticos, e consolidar a presença brasileira na Antártida (BRASIL, [202-?]b). Nesse sentido o programa assegura os interesses brasileiros no STA através da promoção da ciência e da cooperação internacional, contribuindo para em investidas geopolíticas presentes e futuras no continente.

Em termos gerais, o PROANTAR se executa através de quatro pilares:

- a) Logístico - através do Ministério da Defesa (MD), por intermédio da Marinha e com aporte da Força Aérea do Brasil (FAB);
- b) Político - sob orientação do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- c) Ambiental - coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e;
- d) Científico - com aporte do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Somado a isso, conta-se com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que fornece o financiamento e gerencia as pesquisas acadêmicas antárticas, e do aporte de diversas universidades e institutos de pesquisa nacionais envolvidos em estudos na Antártida (AQUINO *et al.*, 2016; ANDRADE *et al.*, 2018; BRASIL, [202-?]a).

O PROANTAR é, deste modo, um programa interinstitucional cuja coordenação cabe ao Comandante da Marinha, na qualidade de Autoridade Marítima do país. (ANDRADE *et al.*, 2018; BRASIL, [202-?]a). É importante ressaltar o papel da Marinha brasileira em tal contexto, visto possuir uma relação estreita com o PROANTAR. A Marinha é a entidade superior federal que detêm de fato o comando geral do programa desde sua criação. Sua escolha foi devido a fatores financeiros, já que seria reaproveitado a maior parte infraestrutura logística naval já existente, a qual viria a suprir as demandas para as novas missões ultramar em direção à Antártida. Além de motivos estratégicos, uma vez que deixaria o projeto a cargo de um órgão militar que possui fortes conhecimentos de defesa e geoestratégia do país e da região, o que seria importante em planos territorialistas futuros no continente caso fosse necessário (FERREIRA, 2009; AQUINO *et al.*, 2016).

Atualmente, o aporte da marinha se demonstra indispensável em grande parte das atividades que ocorrem no programa. Para oferecer atendimento adequado, suas responsabilidades se dividem em um conjunto de organismos subordinados que prestam assistência ao PROANTAR, sendo o principal deles a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). O CIRM, se caracteriza como um órgão colegiado que coordena os demais órgãos componentes do programa, além de elaborar e implementar as operações antárticas, buscando sempre atender aos princípios estabelecidos pelo POLANTAR. Além dos mencionados, ainda há outros organismos que auxiliam o programa (BRASIL [202-?]a).

A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), de 1982, presta assessoria ao Presidente da República acerca de temas políticos da Antártida, além de coordenar a POLANTAR. Já o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA), de 1996, tem o propósito de aconselhar autoridades e demais órgãos no que concerne aos assuntos científicos do programa e conduzir o processo de relacionamento institucional com o SCAR. A Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), gerencia a logística das equipes envolvidas no apoio e execução das operações antárticas e funcionamento da estação antártica brasileira (ANDRADE *et al.*, 2018; COSTA, 2018).

Em um sentido financeiro, os recursos logísticos para as operações antárticas advêm principalmente do Ministério da Defesa, enquanto para o incentivo a pesquisas, decorre em especial dos investimentos do MCTI. Dessa forma, tal parceria torna

possível uma diversificação do capital e garante a manutenção logística de transporte, alimentação e hospedagem e execução de pesquisas antárticas (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

Ademais, há 3 grupos de apoio, sendo eles: o Grupo de Avaliação Ambiental do Proantar (GAAm), que avalia as ações e o impacto ambiental do PROANTAR visando assegurar o compromisso com o Protocolo de Madri. Assim como, o Grupo de Assessoramento (GA), que promove a revisão periódica do programa de acordo com as diretrizes do CONANTAR e da CIRM; avalia as propostas de pesquisa para o Programa; elabora a proposta orçamentária anual; e acompanha o andamento dos projetos aplicados. Por fim, o Grupo de Operações (GO), verifica a viabilidade das pesquisas selecionadas pelo GA e coordena os navios e aviões de apoio necessários (AQUINO *et al.*, 2016).

Como visto, o programa está inserido em um quadro institucional complexo, no qual se articulam diversos órgãos e instituições governamentais brasileiros, que em conjunto compõem o que convencionou se chamar de Sistema Antártico Brasileiro (SAB) (CARDONE, 2016; COSTA, 2018). A seguir a representação gráfica estrutural do PROANTAR (figura 6).

Figura 6 – Organograma do PROANTAR.



Fonte: Brasil [202-?]a.

No que desrespeito às realizações do Programa, entre dezembro de 1982 e fevereiro de 1983, o PROANTAR iniciou suas atividades através da sua primeira Operação Antártica, também chamada de OPERANTAR I. Sob apoio do navio Barão de Teffé, o qual foi adquirido especialmente para dar suporte ao programa, tal operação visou buscar regiões favoráveis para o estabelecimento de uma nova estação brasileira, além de ser realizado o primeiro voo de apoio antártico pela FAB (ANDRADE *et al.*, 2018; CÂMARA; MELO, 2018).

No verão austral seguinte, em 1984, realizou-se a OPERANTAR II, com o propósito de consolidar a presença brasileira no espaço antártico. Nesse intuito, foram instalados os primeiros módulos da estação, que recebeu o nome de Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), homenageando o capitão da marinha Luiz Antônio de Carvalho Ferraz (AQUINO *et al.*, 2016). Localizando-se em 62° 05' S, 58° 24' W, especificamente na Ilha Rei George, que faz parte do Arquipélago das Shetlands do Sul, o qual está nos arredores da Península Antártica. O local foi cedido pela Grã-bretanha em um setor reivindicado tanto pela Argentina, quanto por Chile, e pela própria doadora (HASHIMOTO, 2018).

As operações seguintes ampliaram a EACF de 8 para 33 módulos e, desse modo, a participação do país na região. A partir de 1985, a estação brasileira passou a ser de atividade permanente e ininterrupta, com equipes se revezando entre o verão e o inverno antártico. Além disso, instalou-se quatro módulos de refúgios, locais de abrigo temporário, pela região, entre 1985 e 1989 (ANDRADE *et al.*, 2018; CÂMARA; MELO, 2018). Silva (2011, p. 112), considera que nesse período, o Brasil reforça seu apoio ao Tratado da Antártida, contribuindo para o uso dos sustentáveis recursos antárticos e das águas adjacentes, e com o incremento de sua atuação científica na região. De fato, em 1987, o POLANTAR recebeu modificações e foi orientado para seguir os princípios e compromissos assumidos nos acordos do STA, o que refletiu na maior atenção do PROANTAR à ciência e proteção do meio ambiente (CARDONE, 2015).

Como uma demonstração de aumento da relevância do PROANTAR para a PEB, em 1991, houve a visita do presidente Fernando Collor de Mello às instalações antárticas, sendo o primeiro chefe de estado brasileiro a conhecer pessoalmente o continente austral (CÂMARA; MELO, 2018). O que refletiu, em 1994, durante a OPERANTAR XIII, aquisição do novo navio Ary Rongel que substituiu o então Barão

de Tefeeé, como forma de possibilitar expedições para regiões mais distantes da EACF, transportando equipes e equipamentos maiores, além de helicópteros de pequeno porte. (SILVA *et al.*, [2019]).

Todavia, a década de 1990, em geral, apresentou um relativo distanciamento entre as questões antárticas e as prioridades políticas brasileiras. Isso se reflete no fato de que durante 10 anos, entre 1995 a 2005, não houve nenhuma reunião no âmbito do CONANTAR, para revisar as políticas do Brasil para a Antártida. Apesar disso, as atividades cotidianas e as operações antárticas do PROANTAR continuaram a ocorrer normalmente (ANDRADE *et al.*, 2018).

Em 2005, a base brasileira foi revitalizada. E, em fevereiro de 2008, ocorreu a segunda visita de um presidente brasileiro à EACF, Luiz Inácio Lula da Silva, que em sua visita declarou:

“Chegamos aqui em 1982, no momento em que o Brasil estava em crise de desenvolvimento. Ou seja, de 1980 até agora há pouco o Brasil praticamente ficou estagnado. Hoje o Brasil vive um momento mais promissor e acho que é o momento de vocês apertarem a caneta e apresentarem sua pauta de projetos e reivindicações”, além de explicar que “as pretensões do Brasil na Antártida não são territoriais, mas científicas” (G1, 2008).

Visto isso, a visita do chefe de Estado às instalações antárticas expressou a escalada de prestígio do PROANTAR no cenário político brasileiro, e a reafirmação do enfoque científico nas pautas brasileiras dentro do continente. A visita trouxe frutos através de mais investimentos, o que possibilitou já no ano seguinte, que a Marinha obtivesse o seu segundo navio polar de apoio, nomeado de Almirante Maximiliano, incorporado ao programa e que elevou a qualidade das operações antárticas (CÂMARA; MELO, 2018).

No que se refere às investidas brasileiras no interior do continente, nota-se que, no verão de 2004, foram realizadas as primeiras expedições brasileiras rumo ao interior antártico em parceria com o Chile. A travessia significou a expansão do escopo científico antártico além da tradicional ação na região da península antártica, atingindo o Polo Sul geográfico em 30 de novembro do mesmo ano. (CÂMARA; MELO, 2018).

Já entre 2007 e 2008, houve a “Expedição Deserto Cristal”, primeira expedição exclusivamente brasileira rumo ao interior do continente, a qual realizou relevantes pesquisas em áreas pouco exploradas ao Sul da EACF. Seguiu-se ainda, entre 2011-2012, ocorreu a Expedição Criosfera, que instalou a primeira estação de

monitoramento remoto do PROANTAR no interior da Antártida, nomeado de Criosfera I, sendo o módulo científico latino-americano mais ao Sul da Terra (CÂMARA; MELO, 2018).

No entanto, em 25 de fevereiro de 2012, a pesquisa brasileira sofreu uma grande perda quando um incêndio atingiu cerca de 70% das instalações da EACF (ANDRADE *et al.*, 2018). Devido a isto, durante certo período as pesquisas foram realizadas nos módulos temporários de forma reduzida. O governo federal, no compromisso de manter a continuidade do PROANTAR, se comprometeu a construir uma nova estação, e apesar dos anos de atraso, em 2020, o Programa recebeu a sua base totalmente renovada (SOUZA, 2021).

A nova estação antártica brasileira, que manteve o nome de Comandante Ferraz, ampliou seu espaço total de 2,600 m<sup>2</sup> da antiga, para 4,500 m<sup>2</sup> atuais. Promovendo assim, maiores capacidades de para a realização de investigações científicas com laboratórios modernos, e de conforto geral das equipes. Com arquitetura arrojada, a estação também foi projetada para ser mais ecológica e sustentável, causando o mínimo de impacto no local (SOUZA, 2021). Desta forma, a nova EACF agora se trata da maior base de pesquisa de toda a Península Antártica (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

Visto o exposto, em termos gerais, podemos sintetizar a infraestrutura física do PROANTAR, em 2022, em um conjunto os quais compõem a nova Estação Antártica Comandante Ferraz, os 4 módulos de refúgio antárticos, dois Navios Polares de apoio, além de outros equipamentos cedidos por instituições nacionais para dar suporte logístico e científico. No que concerne aos recursos humanos, cerca de 60 brasileiros estão presentes durante o Verão e 15 no inverno, entre eles militares e pesquisadores. Entretanto, segundo Câmara e Melo (2018) o portfólio brasileiro antártico ainda é bastante modesto se comparado com programas de outros países, inclusive dos vizinhos Chile e Argentina.

No início da década de 2020, durante a pandemia de Covid-19, as operações antárticas continuaram a ocorrer, porém apenas como forma de enviar suprimentos para manter as atividades essenciais da estação, sendo novas equipes e projetos mantidos restritos até pelo menos meados de 2021 (BRASIL, [2021]). Todavia, superado isto, em 2022, o governo brasileiro reitera seu compromisso com a Antártida e expõe seus planos futuros para o continente.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A seguir, realizou-se um aparato da atual situação em que se encontra o Programa Antártico Brasileiro. Divido em duas partes, o capítulo visa fazer uma análise e discussão dos resultados expostos com o referencial teórico já abordados. A primeira parte se refere aos 40 anos do PROANTAR e visa expor o que tal marco significa para o Programa, além de observar as perspectivas atuais e as futuras para ele. Em seguida, como segunda parte, pondera-se acerca do PROANTAR como meio de projeção geopolítica do Brasil e quais as suas contribuições obtidas até então.

### 5.1 40 Anos do PROANTAR, perspectivas atuais e futuras

Em 12 de janeiro de 2022, o Programa Antártico Brasileiro completou seus 40 anos de atuação do Brasil na Antártida e, sob um clima de comemoração, o PROANTAR desde que foi iniciado em 1982, foi considerado um sucesso tanto para a diplomacia quanto para a ciência nacional. Desta forma, em um seminário promovido pelo MRE sob o título “O Brasil na Antártica: Balanço de quatro décadas”, o Estado Brasileiro renovou seu comprometimento público em promover a continuidade do Programa e o engajamento da PEB com o STA (BRASIL, [2022]). A seguir está um poster elaborado em comemoração aos 40 anos do Proantar com a nova estação em destaque (figura 7).

**Figura 7 – Poster comemorativo de 40 anos do PROANTAR**



Fonte: Brasil [2022].

Sob uma perspectiva atual, o Brasil encontra-se plenamente integrado ao STA, tendo conseguido se manter como uma parte consultiva do Tratado. Desde sua primeira missão nacional com destino à Antártica, em 1982, o país realiza, tradicionalmente uma operação antártica por ano, tendo realizado, entre 2021 e 2022, a sua 40ª edição (OPERANTAR XL) (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022). Como bem destaca Andrade *et al.* (2018, p. 33):

[..] o Brasil se encontra em posição de destaque no que se refere ao seu compromisso com o Sistema do Tratado da Antártica – à exceção da Argentina, o Brasil é o único dos países examinados a ter assinado todos os principais instrumentos desse sistema atualmente em vigor.

Destaca-se ainda, na atuação brasileira nas questões antárticas, uma grande atenção para a promoção científica, assim sendo um dos âmbitos mais importantes do PROANTAR. Contando com uma média anual de vinte pesquisas, o Programa ajuda a compreender diversos processos geológicos, biológicos e hidrográficos, além de outros estudos importantes que afetam o Brasil. Isso ocorre especialmente no âmbito climático, visto gerar progressos significativos no entendimento das correntes de ar polares que tem influências nos ciclos de chuvas na América do Sul e conseqüente na agricultura brasileira, o que causa um impacto indireto na própria economia do país. Essa produção científica se dá através da parceria entre diversas universidades e instituições de pesquisa brasileiras, além da cooperação com outros países, o que resulta em uma maior internacionalização da ciência brasileira, refletindo no avanço científico-tecnológico do país (ANDRADE *et al.*, 2018).

Todavia, apesar de que as atividades científicas do PROANTAR tenham sido contínuas ao longo de sua história, os investimentos para o Programa nem sempre são constantes, apresentando instabilidades e sofrendo reduções com recorrência. Isso, por sua vez, afeta a constância tanto no desenvolvimento de projetos quanto no planejamento de bolsas para pesquisadores (ANDRADE *et al.*, 2018). O elevado custo da pesquisa científica Antártida compete com outros elementos importante do orçamento federal, como educação, saúde e outros encargos sociais mais urgentes, o que acaba por deixar a pauta antártica como uma agenda secundária e muitas vezes negligenciada pelo governo brasileiro (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

Outro fato notável, é que o PROANTAR ainda não se demonstra um projeto totalmente independente, visto que a ajuda logística de outros países como Chile e

Argentina ainda é vital para o desenvolvimento das operações antárticas. O Brasil se utiliza da cidade chilena de Punta Arenas para partida tanto de navios quanto de aviões da FAB, e usa a pista de pouso da base aérea chilena Eduardo Frei Montolva para a aterrissagem no continente antártico. O aeroporto e o porto da cidade de Ushuaia na Argentina também são usados eventualmente. Fatos esses devido ao custo de operação ser consideravelmente mais baixo do que se feito apenas com infraestrutura em solo brasileiro (ANDRADE *et al.*, 2018).

Ainda que essa dependência logística possa ser considerada uma fragilidade estratégica do Programa, pode-se ressaltar que essa parceria entre os países sul-americanos faz parte do espírito de cooperação do STA, e indica a cordialidade mútua entre os programas antárticos latino-americanos (ANDRADE *et al.*, 2018). Tais atitudes vão de acordo com as resoluções da Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos (RAPAL), composta por membros consultivos sul-americanos do TA, cujo objetivo é promover a cooperação regional e fortalecimento deste bloco nos assuntos referentes à Antártica (SOUZA, 2021).

No que concerne a sua infraestrutura, apesar da estação principal ter sido recentemente reinaugurada, importa salientar que o navio de apoio Ary Rongel, está no fim de sua vida útil, com a Maninha tendo planos de o substituir por volta de 2024 por um navio maior e mais moderno. Entretanto, por falta de recursos suficientes, esta nova embarcação ainda não será do tipo quebra-gelo, não sendo capaz de navegar no inverno e em regiões de gelo compactado comuns no litoral antártico. Desta forma, as operações e pesquisas antárticas brasileiras ainda serão limitadas no que se refere ao âmbito marítimo (SOUZA, 2021).

Para o futuro, está previsto o início de operação, já em 2023, do segundo módulo de monitoramento remoto, o Criosfera II, isso em conjunto com os recentes investimentos de instalação da Criosfera I e a reinauguração da EACF, renovam a presença estratégica do Brasil na Antártida. Todavia, eles somente continuaram viáveis a médio e longo prazo se houver a aplicação regular de verbas de aporte para as atividades de pesquisa promovidas pelo Programa. Sem isso, o avanço científico será comprometido e o status de membro consultivo do Tratado poderá ser revisado (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

No sentido de sua amplitude espacial, o PROANTAR ainda tem uma presença considerada pequena no espaço antártico. Mesmo depois de 40 anos de atuação, o

Programa conta com somente uma estação científica, o que faz com que o seu alcance geográfico cotidiano ainda seja praticamente limitado à região do arquipélago das Shetlands do Sul, ou no máximo até a Península Antártica, local ainda distante do interior do continente em si (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

Desta forma, o Brasil se encontra muito aquém dos países territorialistas, e atrás mesmo de países como a China, que adentrou no regime depois do Brasil e já se encontra com uma presença bem mais substancial e distribuída pelo território antártico do que a brasileira. Atualmente, a China possui 4 estações antárticas e planejar inaugurar a sua 5ª base em breve, além de possuir um navio quebra gelo que permite realizar expedições mais longínquas e durante o ano todo (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022). Portanto, sob esse aspecto, o Brasil ainda se demonstra atrasado no que concerne à sua presença física propriamente dita na Antártida.

Por sua vez, sob um arranjo mais geopolítico, a importância estratégica da Antártica para o Brasil é evidenciada através do Livro Branco de Defesa Nacional, que destaca a influência do oceano austral nos recursos marinhos e minerais disponíveis na costa brasileira. Somado a isso, em 2013, a Política Nacional de Defesa (PND) incluiu o espaço antártico como parte integrante do entorno estratégico brasileiro, juntamente com a América do Sul, o Atlântico Sul e a costa oeste africana. Dessa forma, o Brasil oficializou a Antártida com uma região onde o país almeja manifestar sua influência diplomática, econômica e militar (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022). A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, considera a participação brasileira no processo decisório antártico como um dispositivo importante de inserção internacional do país. Assim, esses documentos demonstram uma visão mais prospectiva dos interesses geopolíticos do Brasil (SOUZA, 2021).

Em consonância a isto, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), deu atenção especial à Antártida no seu plano estratégico para o período de 2016 a 2022, defendendo a ampliação das pesquisas sobre o continente e sua área adjacente. Por sua vez, Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil, que orientou os planos de ação entre 2013 e 2022, projetou a execução de diversas pesquisas no continente e no oceano antártico, com o propósito de investigar os processos ambientais locais e sua relação com a América do Sul. O plano, além disso, visou contribuir para o aumento do protagonismo do Brasil no STA, em relação a

qualidade dos estudos científicos desenvolvidos (ANDRADE *et al.*, 2018). Desta forma, através do escopo científico de reconhecimento internacional, o Brasil espera tornar o PROANTAR em um programa antártico de excelência.

Segundo aborda Cardone (2015, p. 68):

Ao mesmo tempo, resulta necessário destacar que as atividades antárticas brasileiras pareceriam ter um caráter marcadamente instrumental no começo. O Brasil adere ao TA não por confluência com os seus princípios ou por um interesse genuíno de desenvolver pesquisa científica no continente, mas adere ao TA e desenvolve pesquisa para adquirir status consultivo, o que permitiria de modo mais eficiente satisfazer os seus interesses: segurança estratégica (e ambiental), participação nas atividades de exploração dos recursos naturais do continente [...].

Ademais, o Tratamento da questão ambiental foi um fator político decisivo na orientação do das atividades antárticas brasileiras, dessa forma segundo a atuação do Brasil na Antártida é um dos maiores expoentes da importância que a PEB direciona atualmente para o tema científico/ambiental (FERREIRA, 2009, p.148). Uma vez, que as ações brasileiras no continente são sempre pensadas a se promover a utilização do continente para fins de pesquisa científica pacífica e de defender a preservação da natureza local de explorações comerciais. Sendo um dos maiores defensores dessas pautas internacionalistas no regime antártico (CARDONE, 2015).

Conforme abordado anteriormente, para manter o status de membro consultivo do STA, é necessário manter um contínuo programa científico substancial na região antártica. Desse modo, ao fortalecer os investimentos em pesquisas do PROANTAR, o país fortalece a sua presença e interesses geopolíticos no continente. Sob esse aspecto, Mattos (2020), em seu artigo intitulado “A ciência antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil”, ressalta a utilização da pauta internacionalista como meio de prospecção dos interesses brasileiros na região. Muitos dos projetos executados pelo PROANTAR contam com a cooperação de uma gama de países, o que por sua vez resulta em uma maior internacionalização da própria ciência brasileira (ANDRADE *et al.*, 2018).

Os estudos do Proantar também geram dados para a compressão dos efeitos das mudanças climáticas na região e possíveis formas de se precavê-la futuramente, visto que, conforme afirma o ENCTI, o continente antártico possui uma importância

fundamental na manutenção do clima global. Ademais há avanços na área da biotecnologia, com pesquisas que geram benefícios na área da medicina com novas substâncias para medicamentos, na agricultura com novos herbicidas, e na indústria com novos materiais mais resistentes ao frio e entre outros. (ANDRADE *et al.*, 2018).

Por outro lado, a questão antártica, incluídos os potenciais recursos naturais estratégicos da região, nunca tiveram um lugar de relevância para o Brasil, visto que o tema antártico sempre foi deixado em segundo plano dentro dos objetivos gerais da PEB (CARDONE, 2015). Entre os motivos para tal, seria o fato do Brasil, diferente da maioria dos países inseridos no STA, possuir uma enorme riqueza mineral em seu território que é muito mais fácil de ser explorada, se necessário. Dessa forma, as riquezas naturais antárticas se tornam menos atraentes para os brasileiros (SOUZA, 2021).

Segundo Cardone (2015), muitos dos problemas elencados em relação ao baixo interesse do governo brasileiro pela Antártida, se comparado com outros países inseridos no regime, se dá pelo fato de haver uma “falta de uma mentalidade polar no Brasil.”. Ainda segundo Cardone (2015), isso se justifica pelo fato do Brasil se autocaracterizar como um país tropical, o que o afasta do imaginário popular de temas ditos polares, dessa forma a falta de interesse da classe política em investir mais na região é reflexo da falta de interesse da população pela Antártida.

Mesmo totalmente inserido no STA, o Brasil somente manifesta ambições limitadas em relação ao continente antártico. Assim, apesar de ter adentrado no Tratado da Antártida com certo grau de interesses territorialistas de cunho econômico e estratégico de defesa nacional, com o passar dos anos, os interesses brasileiros vão se orientando genuinamente cada vez mais para ir de acordo com princípios internacionalistas do próprio STA. Nesse sentido, de acordo com Cardone (2015, p. 61) “os interesses territoriais ficam claramente relegados, os interesses econômicos limitados por uma visão de proteção do meio ambiente antártico, e a visão estratégica de segurança é deixada de lado”.

Todavia, a proteção ao meio ambiente e a promoção da ciência não são os únicos interesses atuais brasileiros na Antártida. Pelo contrário, a região ainda detém um grande papel estratégico para o Brasil, em especial em questões de defesa nacional e climáticos. Nesse sentido, assim como muitos países do Tratado Antártico, para assegurar seus interesses na Antártida o Brasil se utilizou da pauta científica e

ambiental de caráter internacionalista, para se inserir nos mais diversos âmbitos do STA, mesclando assim interesses de cunho científico, econômico e geopolítico (AQUINO *et al.*, 2016).

## 5.2 O PROANTAR como projeção geopolítica

Conforme visto, a atuação do Brasil na Antártida através do PROANTAR, tem se destacado atualmente pelo seu envolvimento com o regime estabelecido em volta do Tratado antártico principal, em especial por razões de seu forte comprometimento com as questões científicas e ambientais da região (CARDONE, 2015).

Todavia, sob uma perspectiva mais histórica, o interesse brasileiro pela Antártida foi despertado tardiamente em relação a outros países, ocorrendo somente na segunda metade do século XX, sendo inclusive bem depois de alguns vizinhos sul-americanos como a Argentina e Chile, que o realizaram décadas antes. Tal fato, por sua vez, já colocou o Brasil alguns passos atrás no que se refere à sua projeção na região (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

Muito se discute os motivos para tal desinteresse do espaço antártico pelo Estado brasileiro. Apesar da política externa do Brasil ter uma forte intenção de crescer de importância globalmente, por muito tempo isso foi almejado apenas através da projeção do país como líder regional da região América do Sul. No entanto, por ser um dos principais Estados do hemisfério Sul do planeta, este em dedução clara, deveria ter um papel bem mais ativo no que se refere ao plano austral como um todo, porém, por muito tempo não foi assim (ANDRADE *et al.*, 2018).

Mesmo sob tal realidade, alguns estudiosos brasileiros já consideravam a introdução do Brasil no espaço antártico algo estratégico para o país, defendendo até mesmo que o Brasil teria direito, vide Teoria da Defrontação, de certas porções de terra no continente antártico e que o país as deveria reivindicá-las, como já faziam outros 7 Estados até então (SOUZA, 2021).

No entanto, ao decidir se inserir no âmbito antártico, o Governo brasileiro, em consonância à sua política externa, que se demonstrava tradicionalmente pacifista e que tangencia conflitos diplomáticos, optou por abrir mão de uma pauta territorialista, e levou a cabo uma empreitada mais gradualista e com aspectos gerais mais voltados à abordagem internacionalista (CARDONE, 2015).

Ao assinar o Tratado da Antártida, em 1975, o Brasil finalmente entra dentro do jogo geopolítico antártico, já se inserindo com grandes pretensões de se tornar um ator relevante no regime. Desta forma, logo elaborou-se o POLANTAR, que viria a criar os planos estratégicos brasileiros no continente, o que por sua vez deu origem ao então Programa Antártico Brasileiro (ANDRADE *et al.*, 2018).

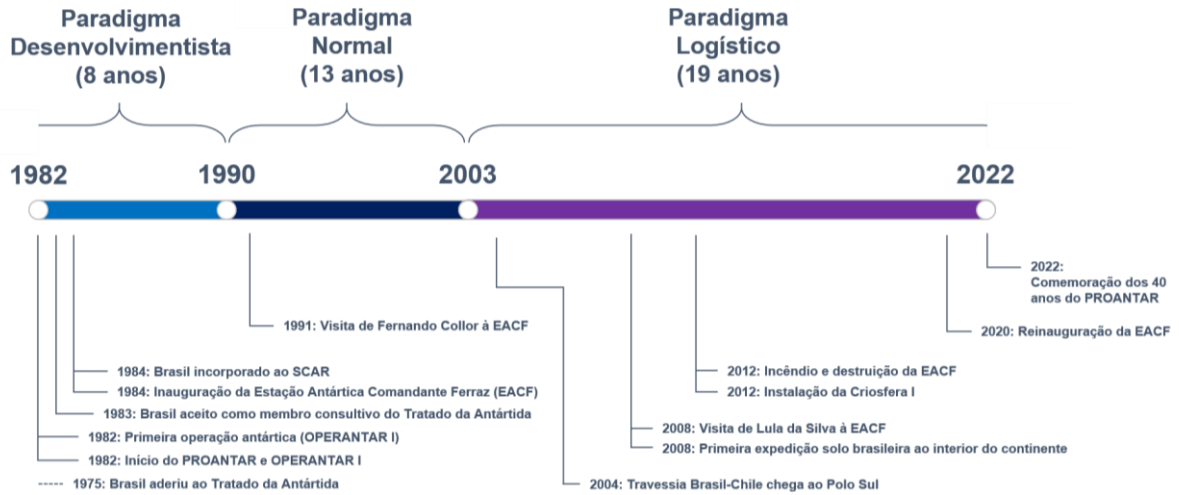
O PROANTAR, desde sua criação em 1982, vem sendo a principal ferramenta de projeção geopolítica do Brasil no continente antártico. A partir de suas operações, foi possível o país se fixar permanentemente no continente, alcançar o posto de membro consultivo no regime antártico, posição com grande poder de influência no futuro do continente, ser membro do SCAR, e se inserir dentro de muitos outros órgãos que compõem o STA (SILVA *et al.*, [2019]).

Sob essa ótica, o PROANTAR significa um grande meio de inserção do Estado brasileiro em território antártico, além de possibilitar um forte avanço dentro do regime político estabelecido em volta do continente. No entanto, o Programa pode significar muito mais que isso, ele representaria um substancial avanço do Brasil no âmbito antártico e do hemisfério Sul como um todo, visto ser um ambiente que, mesmo envolto de um sólido regime de cooperação internacional, está em uma posição geopolítica estratégica tanto atualmente quanto em um futuro próximo, o que não deve ser menosprezado por nenhum país e reflete na grande quantidade de Estados presentes no continente (ANDRADE *et al.*, 2019).

Visto isso, o Brasil vem buscando incrementar a sua atuação no continente antártico, o que acaba por se refletir em suas ações de desenvolvimento para o PROANTAR (SOUZA, 2021). Dessa forma, como já abordado anteriormente, destacam-se alguns feitos e acontecimentos que marcaram a história do Programa Antártico Brasileiro e confluem com a presente análise. A seguir um resumo dos principais marcos identificados dentro da periodização paradigmática de Cervo e Bueno (2015) (figura 8).

**Figura 8 – Principais marcos históricos do Proantar (1982-2022)**

**Principais marcos históricos do PROANTAR (1982 - 2022)**



Fonte: Elaborado pelo Autor (2023).

Apesar do PROANTAR ter se desenvolvido de uma forma a ganhar mais influência no cenário geopolítico antártico, isso nem sempre se refletiu nos desafios de se projetar na própria política interna do Brasil. Dessa forma, o Programa já teve seus altos e baixos durante seus 40 anos de existência (ANDRADE *et al.* 2018).

Um dos principais fatores que prejudicam a realização dos objetivos do Programa é o próprio orçamento que ele ganha do governo federal, o qual muitas vezes sofre períodos de instabilidades e reduções que acabam por limitar as atividades tanto laboratoriais quanto exploratórias mais adentro do continente. O que, por sua vez, limita a expansão do Programa e reduz a sua área de atuação apenas a uma pequena região na península antártica (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

Nesse sentido, sucessivos governos têm relegado o PROANTAR a uma pauta secundária da política externa brasileira, o que se demonstra ser um problema no pleno desenvolvimento do Programa e avanço das pretensões principais que motivam a continuidade dele (CARDONE, 2015).

De mesmo modo, Cervo e Bueno (2015) em suas análises paradigmáticas da PEB, destaca que os modelos de desenvolvimento já sofreram diversas modificações durante a história do Programa, enquanto alguns fortalecem a projeção geopolítica do Estado perante o mundo, outros o reduzem significativamente dos planos nacionais

externos. O que permite traçar alguns paralelos com os momentos chaves de ênfase do Programa e do Brasil no continente antártico.

Dito isto, entende-se que a entrada do Brasil no STA se deu no marco do chamado Paradigma Desenvolvimentista, que durou 8 anos (1982-1989), até o fim do regime militar no Brasil (CERVO; BUENO, 2015). Este período foi sem dúvidas, o período com o maior impulso do PROANTAR perante o espaço antártico. Como observado na figura anterior, foi aqui que se estabeleceu a importância de se tornar signatário do Tratado da Antártica, de criar uma política voltada exclusivamente para isso, além de um programa orientado para se estabelecer permanentemente e representar o Brasil de forma física na região (FERREIRA, 2009).

Sob um enfoque geopolítico territorialista, esse período marca a inserção do Brasil no regime antártico, o alcance do status de membro consultivo, e de estabelecimento contínuo de presença brasileira na Antártida. Já no âmbito geopolítico internacionalista, tal época marca a internacionalização da ciência brasileira rumo ao espaço antártico, da ampliação da diversidade e do acadêmico mundial do Brasil, através de suas pesquisas promovidas no em ambientes polares pela primeira vez.

Posteriormente, com a volta do regime democrático no Brasil, iniciou-se o dito Paradigma Normal, o qual durou 13 anos (1990-2002) (CERVO; BUENO, 2015). Nesse espaço de tempo o PROANTAR, assim como toda a PEB, sofreu com a falta de interesse do governo em promover a sua expansão e, apesar de ter continuado normalmente suas atividades cotidianas, o Programa perdeu um pouco o seu rumo, e ficou mais de uma década estagnado. Todavia, um grande marco a se ressaltar seria a primeira visita de um presidente brasileiro em solo antártico, dessa forma, mesmo que perdendo um pouco de seu vigor inicial, o programa se consagrou como um projeto relevante para a política externa do Brasil (CÂMARA; MELO, 2018).

Porém tentando levantar pontos positivos para um enfoque geopolítico territorialista, nesse período o Programa amadureceu e consolidou a presença brasileira no espaço antártico. E sob um lado internacionalista, o programa deu ênfase ainda mais na pauta científica e de preservação do meio ambiente, o que proporcionou ao Brasil se destacar nessa pauta dentro do regime como um dos grandes promotores de tais ideais no Polo Sul e no mundo.

A partir de 2003, iniciou-se o chamado Paradigma Logístico, e que para esta análise se considera durar até a atualidade (2003-2022), este é o momento em que a PEB retoma suas grandes pretensões internacionais, e que promove uma intensa expansão da influência brasileira sob diversos âmbitos globais, tendo foco em mecanismos de cooperação multilateral (CERVO; BUENO, 2015). Nesse momento o Brasil intensifica novamente sua atenção ao escopo da Antártida e promove um aumento nos investimentos em projetos científicos e de incremento do aparato estrutural do Programa. Não esquecendo de ressaltar a segunda visita de um presidente a base brasileira no território antártico, e a inserção da Antártida no Plano nacional de defesa como um espaço estratégico para o entorno brasileiro (ANDRADE ET AL., 2018; BRASIL [2020]; G1, 2008).

Em um aspecto geopolítico mais territorialista, o PROANTAR permitiu ao Brasil fortalecer o seu prestígio internacional como um membro relevante no regime antártico, e por sua vez um componente importante nos debates atuais e futuros do continente. Para uma visão internacionalista, o incremento do Programa nesse período possibilitou o aumento da qualidade das pesquisas na região e, por consequência, o reforço do reconhecimento mundial tanto da comunidade científica quanto de organismos internacionais, acerca do Brasil enquanto um grande promotor de pautas científicas e ambientais na Antártida.

Mesmo que, no período entre 2012 e 2020, as pesquisas científicas tenham sofrido uma diminuição significativa em decorrência de um incêndio na base antártica brasileira, a inauguração da nova estação significou uma importante renovação dos esforços e da perspectiva positiva das ações do Brasil em relação ao continente antártico (CÂMARA; GIANATTASIO; QUAGLIO, 2022).

E, em 2022, o PROANTAR completou seus 40 anos com mais ênfase, por parte do Estado brasileiro, no que se refere às perspectivas futuras para o continente antártico. Nesse sentido, explana-se que apesar de sofrer alguns altos e baixos, durante sua história, o programa atualmente ainda se demonstra de grande relevância para a PEB e para a geopolítica brasileira atual e futura (BRASIL, [2022]). Visto isso, a seguir está um quadro com a representação sintetizada das principais contribuições geopolíticas levantadas anteriormente (quadro 1).

**Quadro 1 – Contribuições geopolíticas do PROANTAR para a PEB**

<b>Período Paradigmático</b>	<b>Contribuições Territorialistas</b>	<b>Contribuição Internacionalistas</b>
<b>Desenvolvimentista (1982-1989)</b>	Inserção do Brasil no espaço antártico e obtenção da posição de membro consultivo no STA	Inserção da ciência brasileira no campo internacional e ampliação de seu impacto acadêmico mundial
<b>Normal (1990-2002)</b>	Fortalecimento da presença brasileira no espaço antártico e da importância do Programa	Fortalecimento do destaque brasileiro dentro da agenda científico-ambiental antártica e global
<b>Logístico (2003-2022)</b>	Consolidação da relevância do país perante o STA e aumento do prestígio internacional do Brasil em regimes internacionais	Consolidação do Brasil como um grande promotor de pautas científicas e ambientais perante o debate internacional.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Ao visualizar tais resultados, infere-se que o PROANTAR proporcionou resultados significativos tanto para a política externa brasileira, quanto para a geopolítica estratégica do país, o que por sua vez dá impulso para os interesses iniciais e futuros da presença do Brasil no espaço antártico. Foi possível identificar 3 fases principais, a inicial de inserção, a intermediária de fortalecimento e a atual de consolidação.

Nota-se também que o Programa segue em parte os padrões dos Paradigmas observados por Amado Cervo, uma vez que é possível observar incrementos e retrações no PROANTAR similares aos que também ocorreram na PEB como um todo. Sendo resultado das mudanças políticas orientadoras que marcam os modelos de desenvolvimento trabalhados pelo autor.

Dessa forma, entre seus resultados, constata-se que o PROANTAR proporcionou um aumento do prestígio internacional da política externa brasileira, em especial na relação de importância que o Brasil dá para a promoção da ciência e para a pauta ambiental. Isso, junto ao fato de possuir uma natureza interna rica e mundialmente conhecida, o torna um grande ator no tema científico e ambiental em discussões internacionais.

Ademais, em relação a resultados mais específicos acerca da Antártida, o PROANTAR foi crucial para permitir que o Brasil estivesse na posição que ocupa hoje

dentro do regime antártico. Devido a ter alcançado o posto de membro consultivo do Tratado, o país agora possui um grande poder de influência nas decisões do STA. O que por sua vez, combinado com a sua presença brasileira já solidificada no espaço antártico, obtidas através de sua estação de pesquisa, dá embasamento a poder se tornar um dos atores territorialistas antárticos, se assim o quiser futuramente. Isso pensando no futuro em que o Tratado seja revisto e a exploração do continente seja licenciada, dando base para futuras reivindicações e explorações de recursos antárticos pelo Brasil.

Por fim, e não menos importante, a experiência do Brasil na Antártida através do PROANTAR pode se tornar um grande exemplo de modelos para que a PEB possa se basear, isso visando alcançar algum objetivo específico em temas que o país e o mundo darão mais ênfase futuramente, a exemplo do campo marítimo e espacial que ainda carecem de mais atenção por parte do Brasil, mas que assim como a Antártida, são espaços de interesse tanto para a PEB quanto para a geopolítica futura do Brasil e global.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antártida representa um campo estratégico para a geopolítica mundial, e não seria diferente para o Brasil. Dessa forma, a atuação do Brasil no espaço antártico se demonstra um interessante caso de atuação do país em outras regiões do globo, visando projetar seus interesses geopolíticos para a sua política externa, e que esta pesquisa visou estudar com mais ênfase.

Com isso em vista, este trabalho promoveu um estudo de caso sobre o Programa Antártico Brasileiro que em 2022 completou seus 40 anos de atuação, mais precisamente, com um enfoque na análise acerca das contribuições geopolíticas do Programa Antártico Brasileiro para a Política Externa Brasileira em seus 40 anos de atuação na Antártida.

Como base teórica, utilizou-se uma conceituação dos Estudos Geopolíticos através de uma gama de autores que ressaltam a sua independência como ciência, e sua importância para os Estados. Dentro do ramo geopolítico, foi dada ênfase nas abordagens territorialista; a qual preza por alcançar objetivos políticos territoriais e de aumento do poder nacional; e na abordagem internacionalista, a qual foca em objetivos coletivos e de ganho comum para a humanidade.

Em relação ao Brasil, o campo geopolítico brasileiro foi associado à própria Política Externa do Brasil, e que, devido às suas características gerais mais orientadas para uma política pacifista e amistosa, se torna mais associada ao âmbito internacionalista do que ao territorialista. No mais, como forma de periodizar a história da PEB, empregou-se as concepções do autor Amado Cervo, que disserta sobre os chamados Paradigmas de desenvolvimento, os quais para o âmbito dessa pesquisa, deu-se destaque para os modelos paradigmáticos que ocorrem desde 1982 e que se estendem até 2022.

No que se refere aos objetivos desta investigação, o objetivo geral foi atingido ao se fazer uma intercorrelação entre a Antártida, o Brasil e o PROANTAR sob um aspecto geopolítico, os três citados foram relacionados a partir de suas histórias, que foram descritas desde os períodos mais primários de ocupação do continente ártico até os tempos atuais. Para alcançar esse objetivo central, a análise foi feita através de outros três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi alcançado ao se fazer uma retrospectiva dos principais pontos que marcaram o desenvolvimento atual da geopolítica do Polo Sul, desde a sua caracterização geral, de sua importância estratégica em diversos quesitos políticos e econômicos. Completa-se a isso, a descrição histórica que foi realizada, contando desde os primórdios da ocupação humana até o contexto atual em que se inserem os países e as atividades científicas realizadas por eles, e que são regidas pelo regime internacional de cooperação que existe em torno do Tratado da Antártida.

O segundo objetivo específico foi atingido ao descrever os principais marcos históricos do PROANTAR desde sua criação, em 1982, até o escopo desta pesquisa em 2022. Estes 40 anos foram divididos entre altos e baixos na investida brasileira no continente antártico, sofrendo algumas dificuldades financeiras durante sucessivos governos. Mesmo assim, sob muito percalços, destacou-se que o PROANTAR conseguiu manter uma constante em suas atividades e, por sua vez, se consolidou como um projeto importante para o Brasil, tanto em aspectos da PEB quanto para a geopolítica do país.

O terceiro objetivo específico foi o que se deu enfoque na análise propriamente dita, dessa forma, foi possível identificar que o PROANTAR trouxe para a PEB contribuições geopolíticas tanto para o lado territorialista, alcançando a inserção do Brasil como um ator de relevância dentro do regime internacional antártico; quanto internacionalistas, obtendo o aumento do prestígio internacional do Brasil como um grande promotor da ciência e proteção ao meio ambiente. O que, por sua vez, contribui para a sua projeção, não somente dentro do escopo do Polo Sul, mas sobre o hemisfério Sul e no globo de certa forma, visto o Brasil poder se inserir dentro de tais pautas que vêm ganhando destaque no debate internacional.

Ademais, constatou-se que a Antártida se figura como um local estratégico para o Brasil, visto estar inserida em documentos oficiais do Estado, estando no Livro Branco de Defesa Nacional, na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, além de outros que ressaltam o continente antártico como parte integrante do entorno estratégico brasileiro. Mesmo que a maioria deles dêem ênfase na importância da região para o quesito da segurança nacional, sob um olhar mais amplo, a região não deixa de ser estratégica também para outros aspectos como econômico, científico, ambiental e diplomático.

Apesar disso, foi destacado que a PEB sempre deixou a pauta antártica em segundo plano. Entre os motivos elencados, estiveram a falta de interesse geral da população pelo assunto, e a baixa necessidade de se querer explorar os recursos antárticos, visto que praticamente todos os bens naturais lá presentes já são abundantes no território brasileiro, o que o difere de outros países que não tem os mesmos privilégios geográficos naturais que o Brasil.

Somados estes pontos, inere-se que o presente estudo contribuiu para a elucidação da presença brasileira na Antártida como um fator estratégico para a geopolítica brasileira e para a política externa do Brasil. Ao longo desta pesquisa, foram expostas as principais contribuições do PROANTAR para o país em três fases diferentes da PEB, isso sob um enfoque geopolítico tanto territorialista quanto internacionalista.

Outro aspecto de relevância deste trabalho, seria a sua contribuição para o engajamento do tema antártico no país. Nesse sentido, entendeu-se que o assunto do Brasil no espaço antártico deveria ser mais debatido pela comunidade acadêmica brasileira, assim como pela sociedade nacional como um todo, uma vez que tal assunto polar ainda não tem grande alcance dentro do debate nacional. O que se caracteriza como uma realidade negativa, visto este ser um assunto importante para país tanto agora e ainda mais em breve, devendo se pensar mais estrategicamente sobre a sua presença na região polar.

De forma geral, pode-se dizer que o Brasil possui um sólido vínculo com a Antártida através do Programa Antártico Brasileiro. Esse, por sua vez, a 40 anos promove o Brasil como uma nação de relevância no regime antártico. Dito isso, conclui-se que o PROANTAR foi, e ainda é, um meio essencial de projeção geopolítica do Brasil no Polo Sul.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. O.; MATTOS, L. F.; CRUZ-KALED, A. C.; HILLEBRAND, G. R. L. O Brasil na antártica: a importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro. **IPEA**, Brasília, 2018. 62 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8901>. Acesso em: 11 nov. 2022.

AQUINO, E. T.; MARQUES, I. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. I.; ARAÚJO, P. M.; ARAÚJO, S. S.; ALMEIDA, V. S. A presença do Brasil na Antártida e o papel da Sociedade civil na promoção de seus interesses Estratégicos. Encontro Nacional da ABED, 9., Florianópolis 2016. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: [http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1465611484\\_ARQUIVO\\_ARTIGO-ApresencadoBrasilnaAntartidaeopapeldasociedadecivilnapromocaodeseusinteressesestrategicos.pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1465611484_ARQUIVO_ARTIGO-ApresencadoBrasilnaAntartidaeopapeldasociedadecivilnapromocaodeseusinteressesestrategicos.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

BACKHAUSER, E. **Curso de Geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952.

BBC Brasil. Antártida: os países que disputam a soberania do continente gelado. **BBC Brasil**, [São Paulo], 5 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55476499>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. [Brasília]: MD, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional, Brasil 2020**. Brasília: MD, 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**. 40º Aniversário do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). [Brasília]: SECIRM, [2022]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/noticias/40-aniversario-proantar>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**. Estrutura do Programa Antártico Brasileiro. [Brasília]: SECIRM, [202-?]a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/estrutura>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Secretaria da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar. **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri**. 2. ed. Brasília: SECIRM, 2016. 72 p. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/tratado-protocolo-madri.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**. PROANTAR adequa ações para a nova OPERANTAR durante período de pandemia da COVID-19. [Brasília]: SECIRM, [2021]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar-covid>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**. Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). [Brasília]: SECIRM, [202-?]b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/sobre>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**. Sistema do Tratado da Antártica. [Brasília]: SECIRM, [202-?]c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/tratado-antartica>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2020b. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

CÂMARA, P. E. A. S.; MELO, R. B. Brasil na Antártida, os próximos 30 anos. **ESG**, [s. l.], v. 33, n. 68. P. 64-81, maio./ago. 2018. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/982>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CÂMARA. P. E. A. S.; GIANATTASIO, A. R. C.; QUAGLIO, F. Antártica: soberania, geopolítica e mudança climática. **CEP.**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 50, 2022. Disponível em: [https://soberaniaclima.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022.09.Dia%CC%81logos-Soberania-e-Clima\\_No\\_06-Setembro-2022.pdf](https://soberaniaclima.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022.09.Dia%CC%81logos-Soberania-e-Clima_No_06-Setembro-2022.pdf). Acesso em: 13 nov. 2022.

CARDONE, I. C. **As posições brasileiras no sistema do tratado antártico com ênfase na questão ambiental**. 2015. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38844/R%20-%20D%20-%20IGNACIO%20JAVIER%20CARDONE.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

COSTA, V. R. C. **A Antártica, o Brasil e o Programa Antártico Brasileiro**. 2018. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade Nacional de Brasília, Brasília,

2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24920>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CUNHA, G. P.; ABRANTES, S. C. **O sistema do tratado da Antártida à luz da teoria dos regimes internacionais**: formalidade normativa e convergência de expectativas. 2021. 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Altos Estudos de Defesa) – Curso de Altos Estudos em Defesa, Escola Superior de Defesa, Brasília. 2021. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1425>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FARIAS FILHO, M.; ARRUDA FILHO, E. J. M. Metodologia da pesquisa: o levantamento de dados e informações. *In*: FARIAS FILHO, M.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 55-71.

FERREIRA, F. R. G. **O Sistema do Tratado da Antártida: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2009. 248 p. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-375-sistema\\_do\\_tratado\\_da\\_antartica\\_evolucao\\_do\\_regime\\_e\\_seu\\_impacto\\_na\\_politica\\_externa\\_brasileira\\_o](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-375-sistema_do_tratado_da_antartica_evolucao_do_regime_e_seu_impacto_na_politica_externa_brasileira_o). Acesso em: 10 nov. 2022.

GANDRA, R. M. **Geopolítica Antártida no Limiar do Século XXI**: a definição de um projeto estratégico-científico para o Brasil na Antártida. 2013. 181 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76143>. Acesso em: 10 nov. 2022.

G1. **Lula encerra visita à Antártida e deve chegar de madrugada ao Brasil**. Globo.com, Brasília, 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL302725-5601,00-LULA+ENCERRA+VISITA+A+ANTARTIDA+E+DEVE+CHEGAR+DE+MADRUGADA+AO+BRASIL.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GOOGLE Earth. **Earth**, c2022. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-86.14710751,84.03268599,-1492.15573608a,12259782.8655982d,35y,262.00787334h,0t,0r>. Acesso em: 15 nov. 2022.

HASHIMOTO, F. H. N. Geopolítica da Antártida: a atuação do Brasil no Continente de Gelo. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 121-133, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/288>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MAFRA, R. M. O. **Geopolítica**: introdução ao estudo. São Paulo: Sicurezza, 2006. cap. 1, p. 19-46.

MARKONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 293 p.

MATTOS, L. F. A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165-191, jan./jun. 2014. Disponível em:

<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000001/000001c4.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MATTOS, L. F.; CÂMARA, P. E. A. S. A ciência antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, [s. l.], v. 140, p. 15-23, jun. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342480486>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MEIRA MATTOS, C. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: BIBLIX. 1977.

MENDONÇA, A. W. **Metodologia para o estudo de caso**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014. 99 p.

PINHEIRO, L. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ROMERO, P. F. **Projeção geopolítica do Brasil e da América do Sul ao Continente Antártico**: situação atual e perspectivas. 2014. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1355>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SILVA, A. P. A política externa brasileira para os grandes espaços: o espaço cósmico, a Antártida e a expansão da plataforma continental. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 105-120, 2011. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/download/34/37>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SILVA, A. V.; RAMOS, B. A. F.; SANTOS, L. A.; ALVES, S. R.; PIRES, V. D. V. As Dinâmicas Históricas e Geopolíticas do Sexto Continente: a Relevância da Antártica para a Projeção Internacional do Brasil. *In*: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 16., Rio de Janeiro. **Anais [...]**, [2019]. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xvi\\_cadn/asa\\_dinamica\\_historica\\_ea\\_geopolitica\\_do\\_sexto\\_continente\\_aa\\_relevancia\\_da\\_antartica\\_para\\_a\\_projecao\\_internacional\\_do\\_brasil.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/asa_dinamica_historica_ea_geopolitica_do_sexto_continente_aa_relevancia_da_antartica_para_a_projecao_internacional_do_brasil.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, G. C. **Conjuntura Política Nacional**: o Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

SOUZA, A. B. **A importância da presença do Brasil na Antártica**: o Programa Antártico Brasileiro como instrumento de poder – uma análise dos interesses geopolíticos do país na região. 2021. 37 p. Trabalho de Investigação Individual (Curso de Promoção a Oficial General) – Departamento de Estudos Pós-Graduados, Instituto Universitário Militar, Pedrouços, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/38112>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SOUZA, F. **Dicionário de Relações Internacionais**. [S. l.]: Edições Afrontamento, CESEPE, 2005. 251 p.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. **Geopolítica**: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: Inter Saberes, 2017. 240 p.

VIEIRA, F. B. O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista. **Cadernos Prolam/USP**, [São Paulo], v. 5, n. 2, p. 49-82, 2006. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/teses\\_geografia2008/artigofriederickbrumvieirausp.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/teses_geografia2008/artigofriederickbrumvieirausp.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 223 p.